

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

KATARINA RIBEIRO DA SILVA

**O PAPEL DO CONSUMO NO DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DA  
ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: O CASO DA CESTA SABORES DA TERRA**

Campos dos Goytacazes

2017

Ficha catalográfica automática - SDC/BUCG

S586p Silva, Katarina Ribeiro da  
O PAPEL DO CONSUMO NO DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DA  
ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: O CASO DA CESTA SABORES DA TERRA  
/ Katarina Ribeiro da Silva ; Vanuza Pereira da Silva Ney,  
orientadora. Campos dos Goytacazes, 2017.  
95 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências  
Econômicas)-Universidade Federal Fluminense, Instituto de  
Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, Campos dos  
Goytacazes, 2017.

1. Economia Solidária. 2. Consumo Consciente. 3. Consumo  
Responsável. 4. Empreendimentos Solidários. 5. Produção  
intelectual. I. Título II. Ney, Vanuza Pereira da Silva,  
orientadora. III. Universidade Federal Fluminense. Instituto  
de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional.  
Departamento de Ciências Econômicas.

CDD -

KATARINA RIBEIRO DA SILVA

**O PAPEL DO CONSUMO NO DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DA  
ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: O CASO DA CESTA SABORES DA TERRA**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal Fluminense – PUCG, como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dra. Vanuza Pereira da Silva  
Ney

Campos dos Goytacazes

2017

**O PAPEL DO CONSUMO NO DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DA  
ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: O CASO DA CESTA SABORES DA TERRA**

KATARINA RIBEIRO DA SILVA

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal Fluminense – PUCG, como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Vanuza Pereira da Silva Ney

Aprovado em .../.../....,

---

Prof.<sup>a</sup>. Prof.<sup>a</sup>. Dra. Vanuza Pereira da Silva Ney – UFF (Orientadora)

---

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Graciela Aparecida Profeta – UFF

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Erika Vanessa Moreira Santos - UFF

Campos dos Goytacazes

2017

À minha família, pois sem a confiança e apoio deles eu não teria conseguido chegar até aqui.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus a honra de viver e nascer em uma família amorosa e carinhosa. Estar sempre cercada de pessoas incríveis que me entendem, compreendem e aceitam, sejam na minha família ou nos amigos que eu fiz.

À minha família, principalmente à minha avó materna, que aceitou me acompanhar durante estes quatro anos em Campos dos Goytacazes. À minha tia Katia, por sempre estar disposta a me ajudar a compreender os autores mais complexos, dando-me esperança nos momentos em que nada mais fazia sentido. Aos meus pais por me manterem em Campos e sempre compreenderem a minha necessidade de me envolver plenamente nas oportunidades que a UFF me oferecia. O meu muito obrigada!

À Helena Marques, por nossa conversa de fila de inscrição ter se tornado uma amizade sincera. Por ser uma pessoa compreensiva, prestativa, com um ótimo gosto musical, uma grande amiga e irmã petiana. À Isabela Baldez por toda sua delicadeza, tentativas de me acalmar, incríveis indicações cinematográficas e me aturar constantemente sua casa todos estes anos. O meu muito obrigada, meninas!

À Glaucia Ferreira, que o trote uniu! A todas as conversas loucas, horas de desabafo, de compartilhar frustrações e “achismos”. De todos os “Vai dar tudo certo”. De sempre acreditar realmente, de embarcar comigo em todas as loucuras na UFF, na vida, nos DIY e nas comissões organizadoras. De nunca reclamar por colocar nossos nomes em voluntariados e depois avisar. Por ler este trabalho inúmeras vezes e tão carinhosamente apelidá-lo de Sol. Por ser uma amiga irmã. O meu muito obrigada!

À Ana Carla, que a UFF voltou a reunir. De sempre estar presente para debater uma questão, estudar e emprestar anotações, nunca reclamando das minhas inúmeras tentativas de convencê-la a participar mais de atividades da UFF. Pelas inúmeras listas e trabalhos conferidos, que depois de entregues, descobri que você simplesmente arrumou os meus erros, em silêncio. Por ser solidária ao aceitar fazer dupla e assumir trabalhos, mesmo sabendo que eu estava envolvida de mais em outras atividades, para poder contribuir de forma igualitária. O meu muito obrigada!

À Dayane Ferreira, por embarcar nas loucuras tardiamente, mas não menos disposta. Por encarar todas as minhas ideias bizarras e me ajudar a fazer delas realidade. Pelas inúmeras revisões deste trabalho, colocação de acentos, reposicionamento de vírgulas e ideias estruturais. Por constantes conversas de como a economia solidária é algo lindo. Por mostrar que amigos não precisam ser de anos para serem sinceros e se importarem. O meu muito obrigada!

À Fernando Silva, por me incentivar desde o primeiro momento em que conversamos, na dinâmica para a seleção do PET. Por ter me “adotado” como irmã mais nova, sabendo lidar com a minha ansiedade e tagarelice infinitas. Ser a pessoa que me ensinou a dirigir e que sempre fala: “Calma Kat! ”. Que topa todas as ideias loucas e desafios da UFF e pessoais. Por ser uma pessoa que não sabe ficar indiferente, sempre se importando com os problemas alheios e estando disposta a conversar e aconselhar. O meu muito obrigada!

À família PET Economia, por me dar o maior presente de todos: segurança em mim mesma. A Andrew Melo, Fernando Silva e Natan Santiago, por nos momentos conturbados, dizerem: “Kat, não precisa ter medo de falar, a gente está aqui com você, não vai acontecer nada”. Aos petianos que eu ajudei a selecionar e gosto de acreditar que fui capaz de mostrar como a identidade petiana é algo preciso, incrível e mágico: Israel Martiniano, Nathália Miranda, Helena Marques, Thayanne Barboza e Lidiane Linna. Aos nossos petianos calouros: Laura Martins, Raphael Neves e Carlos Magno, eu gostaria de ter passado mais tempo com vocês e poder mostrar o que é ser PET, mas vocês estão em boas mãos. O meu muito obrigada!

À família PET Ciranda/Neru, por sempre me acolherem com muito carinho, mesmo eu não sendo formalmente parte de vocês, sempre me senti em casa. À professora Socorro e Erika

, por confiar a mim inúmeras missões e me permitir compor este grupo tão mágico. Por me ajudarem a enxergar o mundo de uma forma diferente, ter minhas próprias opiniões e impressões. O meu muito obrigada!

À Tutora Vanuza Ney e, também: professora, orientadora de monografia, monitoria e pesquisa científica; sendo sempre uma amiga e mentora. Por permitir que aquela menina insegura e medrosa tivesse a oportunidade de compor o grupo PET Economia. Por sempre acreditar na minha capacidade, me dando a honra de ser a primeira monitora

voluntária do curso e, assim, poder compartilhar o meu entusiasmo e amor pelo curso de Ciências Econômicas com os calouros. Por confiar em mim para apresentar trabalhos em congressos sem ao menos conferir a apresentação antes. Por me dar a chance de trabalhar no projeto acessibilidade, onde eu pude perceber que o papel da universidade pública vai além da pesquisa, ensino e extensão, sendo também inclusiva.

À Graciela Profeta, nossa ilustre coordenadora, amiga, companheira de fofoca e professora. Por acreditar em mim ao me dar desafios e acreditar sempre que eu iria conseguir vencê-los. Por dar sempre um jeitinho na nossa grade, por mais confusa e bagunçada que ela ficasse. Por estar sempre disposta a ouvir e dar atenção, independentemente do local que fosse: corredor, coordenação, telefone, e-mail, Facebook. Por sempre dar tudo de si, acreditar em nós e fazer o possível e o impossível para que tudo desse certo. O meu muito obrigada!

Aos demais professores do departamento de Ciências Econômicas, por sempre nos enxergarem como pessoas e não somente um número de matrícula no sistema ou um nome no diário. Por não medirem esforços em ajudar e incentivar. Por sempre estarem dispostos a responder e-mail com dúvidas, a conversar no corredor entre uma aula e outra, ou na sala de economia. Por se importarem ao ponto de realizarem avaliação especial na greve, seja via online, com aula ou sem, com prova presencial ou questões via e-mail, apenas para que seus alunos não percam o semestre antes de irem para a mobilidade acadêmica. Por sempre fazerem com a maior satisfação, carinho e felicidade. O meu muito obrigada!

Aos técnicos e demais funcionários da UFF Campos, que mesmo com todas as dificuldades do nosso Instituto, sempre estiveram presentes, dispostos a nos levar para Niterói quando preciso e esperar alguns minutinhos a mais do que o combinado inicialmente. Por nos ajudar a resolver os problemas do dia a dia, ao emprestar uma extensão ou uma caixa de som. Por nos dar um sorriso sincero toda as vezes que chegávamos na secretaria angustiados com algum problema. O meu muito obrigada!



“A economia solidária não pode sozinha eliminar as desigualdades e a exclusão, mas é uma força de mudança possível. Faça acontecer.”

*Marciano Guerra*

## RESUMO

A economia solidária é profundamente marcada pela sua capacidade adaptativa e preocupação com o bem-estar dos seus participantes. Diferente de outros sistemas, o indivíduo é integrado a prática solidária de uma forma espontânea, sem uma obrigatoriedade de seguir um padrão pré-definido. Esta economia que vem cativando o mundo, encontrou espaço no Brasil em práticas desenvolvimentistas, estimulando empreendimentos econômicos baseados em cooperação, autogestão e solidariedade. Na sociedade contemporânea o consumo é um dos catalisadores mais dinâmicos de mudança social e integração econômica, sendo assim uma ferramenta fundamental de interação entre economia convencional e prática solidária. Partindo desta ideia, o trabalho objetiva compreender o relacionamento entre a economia solidária e o sistema capitalista, tendo o consumo como principal catalizador desta relação. Isso posto, a metodologia escolhida foi realizar um debate teórico sobre consumo e economia solidária, montar um panorama de economia solidária no Brasil, observar grupos de consumo responsável buscando a interação entre as economias. Também realizou-se, um estudo de caso, com dados coletados a partir de um questionário aplicado aos consumidores de um projeto de consumo alternativo, que contribuiu para uma análise minuciosa da integração existente entre posição social e consumo. A revisão bibliográfica mostrou que dentre os três autores escolhidos dois defendem a existência de um modo de produção solidário distinto do capitalismo, enquanto o outro julga que não existe uma real transformação nas características fundamentais capitalista, para que seja considerada a existência de um novo modo de produção. Ao mesmo tempo, que um dos autores acredita na capacidade adaptativa da economia solidária, outro argumenta que é uma tentativa de melhoria do sistema capitalista sem nenhum impacto transacional e o demais julga ser um modelo completo, capaz de se desenvolver em uma sociedade pós capitalista, sendo o consumo solidário o caminho para a transição. Nos resultados obtidos notou-se uma forte participação da economia solidária no Brasil, principalmente um forte e conciso desdobramento no âmbito governamental, com uma participação simplória do Estado do Rio de Janeiro, que quando vista para microrregiões é inexpressiva. Ao mesmo tempo, observou-se com os grupos de consumo responsável um interesse da sociedade civil em participar das economias alternativas, assim como uma preocupação em contribuir a partir do consumo consciente e responsável. Remetendo a Cesta Sabores da Terra, verificou-se a existência de grupos socioeconômicos distintos entre os consumidores, tendo hábitos de consumo responsável e consciente marcados entre eles. Nos resultados finais identificou-se que a principal contribuição da Cesta foi a popularização do acesso aos produtos produzidos de forma sustentável, com menor teor de agrotóxicos, princípios da prática agroecologia e com relações humanas justas e sadias, que representam as práticas de economia solidária. Tornando claro que através do contato e participação em experiências reais de consumo consciente e responsável, a economia solidária é capaz de atrair, cativar e manter novos e antigos participantes.

Palavras-chave: Economia Solidária. Consumo Consciente. Consumo Responsável. Empreendimentos Solidários. Grupos de Consumo. Economia Solidária Brasileira.

## LISTA DE FIGURAS

Gráfico 1 - Concentração dos Empreendimentos Solidários segundo as regiões macroeconômicas - 2009-2013 .....	54
Gráfico 2 - Número de Estabelecimentos Formais por Grande Setor de Atividade Econômica, segundo o estado do Rio de Janeiro (UF) - 2013 .....	60
Gráfico 3- Concentração dos grupos de consumo responsável identificados no Brasil, com destaque para a região Sudeste -2010 .....	68
Organograma 1- Fluxo da atividade semanal para a execução da Cesta Sabores da Terra	73
Gráfico 5- Renda familiar mensal dos consumidores da Cesta Sabores da Terra – 2016....	75
Gráfico 6- Relação do consumidor com o consumo alternativo e os produtos da Cesta Sabores da Terra – 2016.....	81
Gráfico 7- Grau de satisfação com os produtos e quantidades de vezes que comprou a Cesta Sabores da Terra – 2016.....	82

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Área de Atuação do Empreendimento segundo as regiões macroeconômicas - 2009-2013 .....	54
Tabela 2 - Atividades Econômicas Realizadas pelos Empreendimentos segundo as macrorregiões - 2009-2013 .....	55
Tabela 3 - PIB, Desemprego Formal, Nº EES segundo as regiões macroregional - 2013 ..	56
Tabela 4 - Motivos que levam a criação do EES (Múltiplas escolhas possíveis por empreendimento) Brasil - 2009- 2013 .....	57
Tabela 5 - Atividades econômicas realizadas pelos empreendimentos segundo a macrorregião: Sudeste - 2009-2013 .....	59
Tabela 6 - Atividades econômicas realizadas pelos empreendimentos segundo as microrregiões do estado do Rio de Janeiro - 2009- 2013 .....	59
Tabela 7- Renda familiar mensal dos participantes da Cesta Sabores da Terra, dividido por formação acadêmica - 2016 .....	75
Tabela 8- Quando faço compras dou prioridade a produtos? Dividido por perfil de consumidor (Múltiplas escolhas possíveis por entrevistado) - 2016 .....	77
Tabela 9- Quando olho o preço de um produto, pondero? Dividido por perfil de consumidor (Múltiplas escolhas possíveis por entrevistado) - 2016 .....	78
Tabela 10- Se eventualmente o preço dos produtos da Cesta Sabores da Terra subirem, como tonderei a reagir? Dividido por perfil de consumidor (Múltiplas escolhas possíveis por entrevistado) - 2016 .....	78
Tabela 11 - Por que compra os produtos da Cesta Sabores da Terra? Dividido por perfil de consumidor (Múltiplas escolhas possíveis por entrevistado) - 2016 .....	80

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CADSOL	Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômico Solidários
CNES	Conselho Nacional de Economia Solidária
CONAES	Conferência Nacional de Economia Solidária
DCSOL	Declaração de Empreendimentos Econômico Solidário
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EAF	Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
ESR	Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidário
FPE	Fundo de Participação dos Estados
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
GP	Gestores Públicos
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MTPS	Ministério do Trabalho e Previdência Social
NERU	Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos
ONESC	Observatório de Economia Solidária e do Cooperativismo
PIB	Produto Interno Bruto
PET	Programa de Ensino Tutorial
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PPES	Políticas Públicas voltadas à Economia Solidária
SCJS	Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SIES	Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária
SINAES	Sistema Nacional de Economia Solidária
UFF	Universidade Federal Fluminense

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	14
CAPÍTULO 1- A ECONOMIA SOLIDÁRIA: FORMAÇÃO, PERSPECTIVAS, DESDOBRAMENTOS E CONSUMO .....	20
1.1 A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A ECONOMIA SOCIAL: DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS .....	21
1.2 A ORIGEM DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E O CAPITALISMO .....	23
1.3 DESDOBRAMENTOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA .....	29
1.4 O CONSUMO E A PRÁTICA SOLIDÁRIA: CLUBES DE TROCA E OUTROS EMPREENDIMENTOS .....	34
CAPÍTULO 2 - ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL .....	40
2.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL .....	41
2.1.1 A Secretaria Nacional de Economia Solidária e o Conselho Nacional de Economia Solidária .....	44
2.1.2 O Plano Nacional de Economia Solidária .....	46
2.1.3 Observatório de Economia Solidária e do Cooperativismo .....	49
2.1.4 O Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária .....	50
2.1.5 O Fórum Brasileiro de Economia Solidária .....	51
2.2 MAPEAMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: INTERAÇÕES ECONÔMICAS .....	52
2.3 A INTERAÇÃO ENTRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA E O CONSUMO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO .....	58
CAPÍTULO 3 - CONSUMO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA .....	62
3.1 AS REPERCUSSÕES SOCIAIS E ECONÔMICAS DO CONSUMO .....	63
3.2 GRUPOS DE CONSUMO RESPONSÁVEL NO BRASIL .....	67
3.3 O PROJETO SABORES DA TERRA.....	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	86
APÊNDICE .....	89

## INTRODUÇÃO

A Revolução Francesa representa a passagem da idade moderna para a sociedade contemporânea, da mesma forma que a Revolução Industrial marca a ascensão do capitalismo como sistema econômico mundial. Modelo este aparentemente hegemônico até a formação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), gerido por um modelo econômico distinto do convencional, que levou o mundo a tensões políticas, corridas por liderança e aliados durante a Guerra Fria. Todavia a ex-URSS e o modelo econômico ali aplicado, não são o único exemplo prático de um sistema econômico que “foge” do convencional. Modelos econômicos que não se alinham com o sistema capitalista existem por todo o mundo, o que os torna relevantes são as suas capacidades de alterar a realidade vivida. Neste sentido um dos modelos que vem ganhando proporções de destaque na prática cotidiana é a economia solidária.

Práticas solidárias baseadas na igualdade, mutualismo<sup>1</sup> e cooperação<sup>2</sup> social sempre estiveram presentes na história da humanidade, na mesma medida que a competição e o individualismo também fazem parte do legado humano. Portanto, quando se busca mensurar o início da economia solidária na sociedade contemporânea, dificilmente se terá uma data exata em que sua presença foi sentida, como em uma data ou evento base demarcado. Diferentemente dos fenômenos sociais apresentados anteriormente, acredita-se que a economia solidária é um movimento que se aprimorou e desenvolveu em sintonia com o capitalismo, foi a forma encontrada por alguns trabalhadores marginalizados para lidar com as desigualdades geradas pelo sistema vigente. Os registros mais antigos de empreendimentos datam das décadas de 30 e 40 do século XIX, com a realização de sociedades de socorro mútuo, balcões alimentícios ou cooperativas de consumo e habitação (LECHAT, 2002).

A importância e a presença da economia solidária na sociedade contemporânea brasileira não pode ser suprimida, ela está em todas as etapas do desenvolvimento econômico,

---

<sup>1</sup> “Sistema de associação assente nos princípios de ajuda recíproca entre os seus membros e de contribuição coletiva para benefício de cada um dos membros”. Dicionário do Aurélio. Disponível em: <https://dicionariodoaurelio.com/mutualismo>. Acessado em 3/10/2016

<sup>2</sup> “Operar simultânea ou coletivamente; colaborar.” Dicionário do Aurélio. Disponível em: <https://dicionariodoaurelio.com/cooperar>. Acessado em 3/10/2016

tendo seus principais empreendimentos na produção, comercialização e consumo<sup>3</sup>. O Brasil tem mostrado avanços significativos na economia solidária, com incentivo e coordenação governamental, em que se estimulam o desenvolvimento das comunidades baseado em um modelo local de produção de riquezas. Isso vem garantindo a permanência dos indivíduos na localidade, tendo visto a viabilidade econômica gerada agora localmente permitindo a reprodução social da comunidade. O que antes não era possível, pois a impossibilidade de manutenção economicamente na região, impulsionava a migração para os grandes centros, que só servia para aumentar o inchaço urbano e ampliar as desigualdades com o “exército de trabalhadores de reserva”<sup>4</sup> (SINGER, 2014).

A economia solidária pode ter nascido como um silvo de esperança para os que não tem nada a perder, uma forma de sobreviver as mudanças sociais e econômicas propicias do capitalismo. Entretanto, assim como a economia convencional, ela mudou, se adaptou as novas necessidades e cativou não apenas os vulneráveis, mas também os suscetíveis às mudanças, os fez perceber que existem opções tangíveis a realidade habitual. Desta forma, ela se tornou muito mais que uma economia de subsistência para os marginalizados, se expandiu em um modelo de igualdade, justiça, cooperação e harmonia entre o meio ambiente e os seres humanos.

A adesão que a economia solidária vem ganhando dentro de outras camadas sociais é um reflexo dos valores que vem sendo exaltados pela sociedade contemporânea. Estas mudanças de perspectiva são frutos das inquietações advindas com a progressão do capitalismo, que não pode mais conter os seus desequilíbrios sociais, ambientais e econômicos num âmbito restrito, pois com ferramentas como a internet se tornaram o problema de não mais um povo, mas de todos. Por exemplo, um indivíduo do século XXI não é capaz de olhar para o clima da mesma forma que o mesmo olhava no século XIX. Da mesma forma que uma situação que acontece em um país da Ásia não se restringe apenas aquele país ou continente. Isso se dá por inúmeros motivos que vão além dos fatores econômicos, mas a forma que a economia vem interagindo nocivamente com o meio ambiente e a presença da globalização são sim umas das principais razões para estas mudanças. As

---

<sup>3</sup> Olhar tabela 2 (pag. presente neste trabalho, que mostra a predominância dos empreendimentos econômicos brasileiros nas áreas de produção, comercialização e consumo.

<sup>4</sup> Termo utilizado por Marx para se referir ao excesso de trabalhadores presentes nos centros urbanos, que mantém os salários baixos devido à grande oferta de trabalho em correlação com a baixa demanda de força de trabalho pelos empresários, utilizado pelo Singer (s.d). Para mais informações ler Singer (s.d).



alterações climáticas, assim como a destruição de floresta, redução de água potável e intoxicação de mares são exemplos dos desequilíbrios gerados pela forma errônea em que se realiza a produção e o consumo no sistema capitalismo.

Objetivando quebrar com o ciclo de reprodução capitalista surgiram alguns movimentos socioeconômicos que buscam desenvolver atos anticíclicos ao capital, ou seja, a partir de micro ações cotidianas almeja-se mudar de pouco em pouco o mundo. Estes projetos vêm ganhando adeptos e espaço social, trabalhado com eixos como o consumo. O ato de consumir na atualidade é muito mais complexo do que se mostra aparente, a falsa ilusão de autonomia do consumidor em suas escolhas é justificada por uma sociedade mergulhada na cultura do consumo. O consumo é usado socialmente para os indivíduos expressarem seus sentimentos, frustrações e anseios, entretanto a forma que isso ocorre difere drasticamente dependendo da hierarquia social, já que o ato de consumir é um eficiente delimitador de fronteiras e instrumento de segregação. Ao propor uma visão diferente de interação entre consumidor e produto, assim como produtor e consumidor, se almeja despertar a sensibilidade pessoal, social e econômica para uma mudança da realidade posta. Iniciativas como o consumo responsável e consciente, podem alinhar e interagir de forma bastante eficiente com a economia solidária, a partir de estímulos a produção e consumo solidários, mostram perspectivas animadoras para mudar a realidade vivida.

Estas iniciativas se apresentam em espaços e momentos distintos, e são reflexos dos ciclos sociais em que estão postas, portanto, suas experiências são peculiares, únicas e fortemente entrelaçadas aos valores exaltados naquela sociedade. Esta realidade não seria vista diferente no projeto de extensão Cesta Sabores da Terra, que nasce de um contato próximo com a agricultura familiar buscando como objetivo final um canal de comercialização alternativo para estes agricultores. Sendo também abordado pelo projeto os valores e importância da produção local, práticas agroecológicas, comércio justo e produção harmonia com a natureza e sociedade.

Tendo isso posto, o objetivo geral desta pesquisa é entender a relação entre a economia solidária e o movimento de consumo responsável e consciente, observando a importância do ato de consumir dentro da sociedade contemporânea e na interação das iniciativas, usando-se dos agentes consumidores para esta análise. Com a ajuda de ferramentas como o Atlas Digital da Economia Solidária, os dados referentes às iniciativas de

consumo responsável e a experiência coletada no Projeto de Extensão Sabores da Terra, pode-se traçar os objetivos específicos deste trabalho. Inicialmente realizando uma reflexão sobre a relação da economia solidária com as outras economias alternativas e o sistema capitalista tendo o consumo um instrumento de interação entre as atividades econômicas. Posteriormente, buscando perceber o impacto da prática solidária dentro da sociedade brasileira, a partir dos empreendimentos solidários, das políticas públicas e movimentos sociais. Subsequentemente, com o auxílio de um estudo de caso observar como a prática solidária interage com o movimento de consumo consciente, buscando compreender o papel do consumidor nesta relação.

A pesquisa parte da hipótese de que a economia solidária e o consumo consciente surgem de uma mesma necessidade social, uma busca por práticas mais sustentáveis, menos abrasivas com o meio ambiente, engajadas em princípios como a igualdade, justiça social e bem viver humano que em conjunto podem criar uma realidade alternativa dentro da sociedade capitalista. Assim como também acredita, que devido ao consumo ser um dos uns pilares da sociedade capitalista em conjunto com a produção, tendo posto a relação diretamente proporcional entre eles, o consumidor consciente se torna uma ferramenta extremamente importante na busca de consolidação da economia solidária dentro da economia convencional, haja visto que é a partir dele que se tem a entrada e permanência de novos participantes que não estão em situação de vulnerabilidade econômica<sup>5</sup>. Tendo isso em perspectiva, vale-se tentar estruturar a teia econômica paralela que está se formando na economia convencional pela economia solidária e o consumo conscientes e responsável.

A metodologia utilizada na elaboração da pesquisa consiste, numa revisão de literatura da economia solidária, compondo-se pela análise comparativa acerca da economia solidária com a economia social, apresentação da economia solidária na visão de Singer, Gaiger e Mance e ramificações da economia solidária no governo brasileiro, detalhando os órgãos governamentais responsáveis pelos seus desdobramentos. Num segundo momento, ganhando um foco mais qualitativo, ao com a observação do panorama da economia solidária com os dados disponibilizados pela SIES e ONESC, a análise das características do consumo

---

<sup>5</sup> A prática de economia solidária está fortemente entrelaçada a situações de vulnerabilidade econômica, ou seja, ela cativa indivíduos que não conseguem se adequar a economia convencional. Portanto a capacidade do consumo consciente de captar pessoas que estejam inseridas e bem alocadas na sociedade capitalista, mostra o potencial de mudança social atrelado ao ato de consumir. Assim como a importância que o consumo tem dentro do complexo econômico capitalista, pois sem consumo não existe necessidade de produção.

na sociedade contemporânea, com o auxílio de Santos e Kanan, assim como um levantamento de grupos de consumo e análise do perfil dos consumidores do projeto da Cesta Sabores da Terra, utilizando os dados coletados com um questionário elaborado para este estudo de caso, aplicado no segundo semestre de 2016 (outubro a dezembro), com a participação de consumidores que responderam o questionário.

Referente ao formulário aplicado aos participantes do Projeto Cesta Sabores da Terra, partiu-se de 46 consumidores cadastrados no projeto que foram convidados a responder um questionário acerca dos seus hábitos de consumo, situação socioeconômica, formação acadêmica e impressões sobre os produtos da Cesta. Estes formulários foram aplicados nos consumidores em duas circunstâncias distintas, no momento de retirada da Cesta por parte dos participantes e através do email cadastrado na ficha dos integrantes do projeto. Tomou-se o devido cuidado para que estes dados não fossem duplicados, ou seja, todos os consumidores que responderam presencialmente não receberam o email com o formulário e aqueles que receberam o email, não foram questionado presencialmente. O levantamento foi realizado durante o segundo semestre de 2016 (outubro a dezembro), contando com a participação de 16 consumidores que responderam os questionários.

Para o desenvolvimento da monografia, o trabalho está estruturado em três capítulos que compõem todo o debate teórico e prático acerca da economia solidária e consumo alternativo. No primeiro, realiza-se uma análise comparativa acerca da formação da economia solidária, observando as proximidades e divergências com a economia social, buscando mostrar ao leitor que ao mesmo ponto que estas economias partem do princípio de desalinho com o sistema convencional, mantém peculiaridades próprias. Seguido por um detalhamento teórico que entrelaça a visão de três autores objetivando propiciar um apanhado de relações e desdobramentos que a economia solidária vem cultivando com o capitalismo, podendo assim mostrar os caminhos distintos traçados pelos sistemas. Sendo encerrado por uma apresentação de como o consumo interage dentro da sociedade contemporânea de forma social e econômica, trazendo a perspectiva de um consumo alternativos dentro da economia solidária. Este consumo diferenciado é apresentado a partir dos clubes de troca, que ao mesmo tempo realizam o ato de consumo uma necessidade sistêmica mas quebra com o ciclo de reprodução convencional capitalista, ao dissociá-lo da compra.

No segundo, mostra-se o comportamento da economia solidária dentro da sociedade brasileira, trazendo os desdobramentos vistos pela ótica da política nacional e impacto populacional. Mostrando as políticas públicas realizadas, os departamentos responsáveis pela prática solidária e as conquistas e desafios do movimento político de economia solidária. Com os dados disponíveis no Atlas Digital da Economia Solidária observou-se a dispersão dos empreendimentos dentro do território brasileiro, possibilitando associá-los com indicadores econômicos convencionais. Dentro deste capítulo observou-se os dados por uma perspectiva do consumo para a região Sudeste e as microrregiões do estado do Rio de Janeiro. Todos os dados utilizados tiveram por base o ano de 2013, para possibilitar a comparação com as informações disponíveis sobre economia solidária.

No terceiro, apresenta-se a interação do consumo dentro da economia convencional, o seu impacto na formação social do indivíduo e papel de disseminação da economia solidária. Traz um estudo de grupos de consumo responsável, realizado com alguns grupos no Brasil, em que se pode perceber as características, desafios e a relação consumidor produto a partir de práticas reais de consumo. Também apresentando o estudo de caso da Cesta Sabores da Terra, que permite uma relação próxima entre produtos não convencionais e consumidores, proporcionando observar como os consumidores lidam com o ato de comprar e os produtos ofertados na Cesta.

## **CAPÍTULO 1- A ECONOMIA SOLIDÁRIA: FORMAÇÃO, PERSPECTIVAS, DESDOBRAMENTOS E CONSUMO**

A economia solidária está presente e bem inserida na economia internacional globalizada. Tem suas raízes fortemente estruturadas em ações, empreendimentos e ideias presentes no mundo, sendo o Brasil<sup>6</sup> um representante de bastante peso nesta conjuntura. Sua história se entrelaça ao do capitalismo, em inúmeros pontos e na visão de variados autores, os levando a debater como, quando e se irá superá-lo.

Sabendo-se que a Revolução Industrial e as crises com ela advindas<sup>7</sup>, trouxeram mudanças sociais e estruturais propícias do modelo econômico capitalista, quando comparadas aos modelos econômicos vividos anteriormente. Alterações estas que acarretaram uma série de insatisfações em uma parcela significativa da população, proporcionando assim, um meio favorável para o desenvolvimento de ideias alternativas, como a economia solidária. Todavia esta não é uma relação de causa e efeito tão simples de ser percebida, analisada e mensurada.

Ao mesmo tempo que se trata de uma economia funcional, que não é nova ou moderna, seu caráter adaptador e singular a caracteriza como um caleidoscópio<sup>8</sup> para o mundo, ou seja, está em constante transformações. Desta forma, a presença de dilemas que envolvam as interações da economia solidária com o modo de produção capitalista, ainda são constantes nos debates acadêmicos.

Nesse sentido, o capítulo apresenta a visão de teóricos brasileiros que estudam a economia solidária, a saber: Paul Singer, Luiz Gaiger e Euclides Mance. Baseado em seus debates acadêmicos de definição e conceituação, as ramificações presentes na economia solidária e sua estrutura. Serão abordados, discutido, comparado, analisado e debatidos a

---

<sup>6</sup> Segundo os dados do observatório nacional de economia solidária, no ano de 2014 existiam no Brasil 3.949.979 estabelecimentos formais de economia solidária.

<sup>7</sup> Não é possível falar do surgimento desta novas realidade de forma datada e registrada, pois os fenômenos sociais baseados em novas condições sócio-historias, são processos demorados que com o decorrer do tempo passam a se torna significativo para uma grande quantidade de pessoas. Desta forma, o nascimento da economia solidária não pode se restringir a apenas a um ato, revolução industrial (LECHAT, 2002).

<sup>8</sup> Instrumento de óptico de formato cilíndrico, com o fundo de vidro opaco e que no seu interior contém pequenos fragmentos de vidro colorido e espelhos. Quando colocado diante da luz e observar o interior do tubo, assiste-se a belos e agradáveis efeitos visuais: a cada movimento, formam-se combinações variadas de desenhos simétricos e sempre diferentes.

formação e fundamentos da economia solidária, sua posição perante o capitalismo, seus desdobramentos e conflitos modernos e sua relação com o consumo.

O capítulo está dividido em quatro seções. A primeira seção trata dos fundamentos da economia solidária, como ela se organiza como modelo econômico, suas peculiaridades quando comparada com outros modelos socioeconômico e sua estrutura produtiva de integração. Contando o auxílio da visão de França Filho (2002), que se propõe a debater como a economia social e solidária se organizam e interagem.

A segunda seção trata da formação da economia solidária e a sua posição perante o capitalismo sob a ótica dos três autores supracitados. Esses autores, trazem em seus trabalhos acadêmicos: publicações, discussões e levantamentos; significativas análises que tentam definir e conceituar a economia solidária, sendo, portanto, os escolhidos para auxiliar nesta etapa.

A terceira seção trata dos desdobramentos e conflitos enfrentados pela economia solidária, enfatizando as dificuldades enfrentadas pelo fazer solidário quando comparado ao capitalista, e desdobrando as empresas solidárias e as redes de colaboração. Assim como, analisa na visão dos autores, como devem ser elaborados os empreendimentos solidários e quais são seus impactos dentro da sociedade capitalista.

A quarta seção trata do consumo em sua relação com a prática solidária: Clubes de Troca e outros empreendimentos. Com a visão de Santos (2011), discorre-se como a sociedade contemporânea trata o ato de consumir, o que ele representa e quais seus desdobramentos tanto sociais quanto econômicos. Da mesma forma, Mance (2002, 2005) traz para esta discussão a importância de se entender o consumidor e sua capacidade de estruturar um complexo econômico.

## 1.1 A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A ECONOMIA SOCIAL: DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS

A economia solidária por muitas vezes se confunde com a economia social, mesmo compartilhando uma trajetória histórica similar, não devem ser consideradas iguais, cada uma se desenvolve de uma forma única e singular. Segundo França Filho (2002), as

principais similaridades que as economias solidária e social apresentam, é um local de produção social e trabalhista intermediário do Estado e do mercado, capaz de gerar emprego e renda. Elas possuem raízes comuns no século XIX na Europa, nascendo das experiências solidárias baseadas nos princípios de ajuda mútua, cooperação e associação.

A economia social se entremeia pelo debate político das condições do agir econômico contra a autonomia econômica em face dos aspectos social, político e cultural. Esta economia defende a transformação social pela política, mas não passando pela esfera do Estado, e sim pelas experiências sociais, buscando uma hegemonia na construção econômica, por meio das condições de produção.

O termo economia social serve, inclusive, para designar, de um ponto de vista jurídico, o universo constituído por quatro tipos organizacionais fundamentais: as cooperativas, as organizações mutualistas, as fundações e algumas formas de associação de grande porte (FRANÇA FILHO, 2002, p. 13).

À primeira vista, pode parecer que economia social e solidária compõem a mesma forma de fazer economia. Todavia, para França Filho (2002), seria como se a economia solidária fosse um desenrolar natural da economia social, que por causa das nuances do século XX, acabou se perdendo num movimento institucional, virando uma continuidade do aparelho do Estado. Muitas vezes se difundindo em empresas privadas e públicas, não sendo capaz de manter em seu funcionamento, sua origem da economia social.

Desta forma, “A economia solidária pode ser vista assim como um movimento de renovação e de reatualização (histórica) da economia social” (*Ibid*, p.13). A economia solidária atualmente se apresenta como o resultado de uma nova relação entre a economia e a sociedade, ela é fruto de uma escolha consciente dos indivíduos, realizada por inúmeros motivos que os fizeram desalinhar com o sistema vigente. O caráter alternativo da economia solidária está presente na não centralização no Estado ou no mercado, portanto é uma forma de organização socioeconômica descentralizada do convencional. A peça chave desta economia é a relação do indivíduo com o meio em que está inserido, ou seja, diferente da economia convencional, a pessoa não tem que se adaptar integralmente ao mercado, esta interação será feita considerando as características individuais dos agentes.

Pode-se perceber que a principal peculiaridade da economia solidária e que, da mesma forma, se parece como um híbrido das economias convencionais, é algo diferente, já que engloba pequenos detalhes de todos os tipos de economia e nenhuma delas de forma

predominante. Esta economia é a síntese de todas as experiências vividas e aprendidas pela sociedade, utilizando-se desta pluralidade para moldar o fenômeno do fazer solidário (*Ibid*).

Isso porque, nessas iniciativas de economia solidária, em geral existem, ao mesmo tempo: venda de um produto ou prestação de um serviço (recurso mercantil); subsídios públicos oriundos do reconhecimento da natureza de utilidade social da ação organizacional (recurso não-mercantil); e trabalho voluntário (recurso não-monetário) (*Ibid*, p.13).

Mantendo-se nas ideias de França Filho (2002), observa-se que a economia solidária atua diretamente no desenvolvimento econômico com a geração de emprego e renda local, em que a demanda e a oferta de uma comunidade deve ser organizada dentro da própria localidade, para assim manter a autogeração de riqueza no âmbito local. Uma das peculiaridades da economia solidária é trabalhar a noção de iniciativa e solidariedade dentro das atividades econômicas coletivas, sendo assim capaz de desenvolver uma reflexão sobre economia e democracia.

Durante o aprofundamento na questão democrática, volta-se os olhares para a exclusão social crescente com o desenrolar do capitalismo, ou seja, a relação de organização entre o Estado e o mercado que é harmonizado pelo trabalho, dentro da lógica do sistema capitalista. Dando margem a economia solidária de se estabelecer numa situação de falência dos mercados de regulação econômica político (a impossibilidade da manutenção da estrutura capitalista de organização sócio econômica), para elaborar um novo tipo de regulação da sociedade. Esta nova forma de regulação, não está mais fundamentada nas esferas convencionais (Estado e mercado), ela se estrutura no trabalho local, sem a necessidade de intermédios institucionais (FRANÇA FILHO, 2002).

Sendo assim, pode-se perceber que a economia solidária traz características fundamentais da economia social, com desdobramentos voltados para o desenvolvimento local e busca a inserção do indivíduo na sociedade como agente econômico representativo. Muito diferente do seu comportamento na economia convencional organizada em um complexo econômico estruturado em torno da esfera do Estado e do mercado, em que o trabalho e a forma de interação do indivíduo.

## 1.2 A ORIGEM DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E O CAPITALISMO



Para Singer (s.d.), o capitalismo nasce de um modo simples de produção, onde meio de produção, produtor e distribuição estavam interligados e associados. O decorrer da economia mercantilista estimulou a separação dos meios de produção e distribuição dos produtores, por parte de uma parcela de agentes que foram vitoriosos no jogo de equilíbrio dos mercados. Estes agentes, agora detentores dos meios de produção e distribuição, a transformaram em mercadoria, assim como o trabalho daqueles que a produzem, que foram derrotados no jogo do equilíbrio de mercados. Todo este processo, regado a grandes somas de capital concentrado, foi expandido baseado em revoluções tecnológicas, perpassando ao modo de produção simples de mercadorias à realidade de marginal e subordinado. Todavia, os derrotados<sup>9</sup>, ou seja, os trabalhadores que vendem o seu trabalho, agora não podem mais se manter pelo modo de produção simples, formando um excedente de trabalho ofertado, que não deve ser aproveitado para manter a balança do mercado, sempre do lado dos vitoriosos, detentores dos meios de produção e distribuição.

Mantendo-se no pensamento de Singer (s.d.), aqueles que não são capazes de serem absorvidos na economia capitalista, são impulsionados a buscar alternativas, sendo esta a venda do fruto de seu trabalho. Isso faz com que os mercados de produção simples de mercadorias se encham, levando a um empobrecimento geral dos envolvidos, tendo visto que estes mercados são vulneráveis às entradas dos excluídos do modo de produção e distribuição capitalista.

Desta forma, “A economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho” (SINGER, s.d., p.2). Este modo solidário de produção não é apenas uma alternativa para os excluídos, ele pode parecer um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias, como Singer (s.d.) afirma. Entretanto, ele vai além, criando suas próprias formas de organização, baseadas em princípios ímpares a este modo de produção solidário.

Sendo assim, segundo Singer (2014) a principal diferença entre a economia convencional e solidária, está na forma como elas encaram as crises econômicas. Enquanto a

---

<sup>9</sup> Termo que faz referência a ideia do autor, exposta em: “Esta separação surge mais ou menos "naturalmente" do funcionamento dos mercados', em que os vitoriosos no jogo competitivo acabam por se apoderar dos meios de produção espaço e distribuição dos derrotados” (SINGER, s.d, p.1).

economia capitalista utiliza-se de medidas de austeridade, implementando alternativas menos custosas e terceirizando funções - alterando gastos e manutenção das margens de lucro, a economia solidária apresenta uma solução a partir da perspectiva da criação de empreendimentos solidários, que tendem a se alinhar e criar redes de cooperação - partilhando sacrifícios e prejuízos, preservando empresas e postos de trabalho. Desta forma, pode-se perceber como a forma única de lidar com as crises econômicas é uma peculiaridade importante da economia solidária, mostrando assim uma capacidade ímpar de contribuir com o desenvolvimento econômico que vem sendo estimulado e coordenado de forma que abranja e capte cada vez mais colaboradores.

Gaiger (2003), diferentemente do que Singer (s.d.) defende, baseia sua argumentação na ideia de que a economia solidária possui um papel que vai além do de transformar a realidade dos excluídos do modo de produção capitalista, sendo mais que uma alternativa a emprego e renda deste setor da população. Para o autor, a economia solidária nasce da busca por formas de igualdade econômica e necessidade de sobrevivência dos trabalhadores. Porém, ela não se inicia de forma espontânea, como defende Singer (s.d.). Segundo Gaiger (2003), “Essa experiência esteve intimamente ligada a matrizes intelectuais que, desde então, evoluíram por caminhos diversos: socialistas utópicos, anarquistas, cooperativistas, cristãos e socialistas” (*Ibid*, p.182).

Na visão de Gaiger (2003), a economia solidária vem assumindo um papel político, desde seus primórdios, trazendo com ele o apoio de ativistas, organizações sociais e órgãos públicos (Secretaria Nacional de Economia Solidária). Esta participação política não se restringe a um único grupo, recebendo o apoio dos setores da esquerda que a veem como uma estratégia de construção socialista, assim como das instâncias institucionais que desenvolvem políticas públicas de contenção da pobreza, baseadas em suas diretrizes. Não obstante, sendo usada também na prática de políticas neoliberais para a defesa de um modelo de desenvolvimento comprometido com os trabalhadores, mostrando uma opção para os excluídos e uma saída para os deveres morais dos excludentes (*Ibid*).

Mance (2005) tem uma visão de economia solidária bastante singular, sendo dentre os autores apresentados, o de cunho mais amplo em sua análise, não se restringindo apenas ao caráter econômico. Sua visão engloba não apenas os meios de produção e distribuição, apresentados por Singer (s.d.), mais vai além, ao trabalhar o consumo solidário,

levando em consideração a liberdade do trabalhador e sua realização profissional individual com o meio que está inserido.

O seu *objetivo principal* é a reorganização social das ações de consumo, comércio, produção, serviço, finanças e desenvolvimento tecnológico de modo a promover a realização humana de cada pessoa, assegurando-lhe as condições materiais satisfatórias para o exercício ético de sua liberdade (MANCE, 2005, p.2).

Este autor apresenta contrapontos com Singer (s.d.) e Gaiger (2003), ao trazer uma concepção de economia solidária diferente. Enquanto concordam com a noção de “A economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo) ” (SINGER, s.d, p.2), ele também apresenta contrapontos. Ambos, Singer (s.d.) e Mance (2005) partem da ideia de que a economia solidária apresenta-se como um modo de produção e distribuição próprios, entretanto Mance (2005) vai além, defendendo a existência de um consumo solidário, que seria a base para a sustentação de uma independência e autonomia do modo de produção solidário.

Ao selecionar e consumir produtos identificados pelas marcas das redes solidárias nós contribuimos para que o processo produtivo solidário encontre seu acabamento e que o valor por nós dispendido em tal consumo possa realimentar a produção solidária em função do bem viver de todos que integram as redes de produtores e consumidores (MANCE, 2002, p.6).

Mance (2005) defende que o caráter alternativo deste modo de produção é sustentado por um tripé de responsabilidades que se divide em: (i) ações concretas bem-sucedidas de geração de trabalho e distribuição de renda; (ii) desenvolvimento sustentável baseado em sistemas de redes socioeconômicas; e (iii) um conjunto de políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico e de integração social.

Sendo assim, pode-se perceber que Mance (2005) concorda com a visão de instrumento de políticas públicas como uma das características da economia solidária, apresentado e defendido por Gaiger (2003). Mas diferentemente de Gaiger (2003), que a defende como massa de manobra para os grupos políticos, seja para os esquerdistas que a veem como uma expressão de luta operária, ou para os neoliberais como uma oportunidade de política de contenção das inquietações econômicas, Mance (2005), acredita em um papel político de promoção de trabalho e de consumo sustentável, visando diminuir as discrepâncias

sociais e econômicas, por meio da expansão de tecnologias sociais, usando as próprias contradições do capitalismo para a difusão desta colaboração solidária.

A colaboração solidária apresentada por Mance (2005) traz características únicas para o desenvolvimento de um mundo justo e solidário. Partindo da perspectiva de um desenvolvimento humano realizado de forma democrática com equidade de gênero, responsabilidade social, cooperação, capacidade de gerir os recursos naturais e compartilhando as riquezas produzidas de modo justo e ecologicamente sustentável. Desta forma, Mance (2002, 2005) propõe uma sociedade pós capitalista, baseada no modo de produção, distribuição e consumo solidário, sendo não apenas um modelo econômico, mais também social de sustentabilidade de recursos, na visão das redes de colaboração solidária.

Em contrapartida, Singer (s.d.) defende que ao mesmo tempo que a economia solidária inicia-se de forma espontânea, perante a presença de uma massa de trabalhadores desempregados, ela não tem como objetivo superar o capitalismo.

A economia solidária é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo. Como tal, ela não poderia preceder o capitalismo industrial, mas o acompanha como uma sombra, em toda sua evolução (SINGER, s.d., p.3).

Para ele, esta forma de economia baseia sua formação na crítica operária e socialista ao capitalismo, buscando um modo de impedir o controle ditatorial que as grandes empresas capitalizadas têm sobre a vida dos trabalhadores. Estas empresas são capazes de reorganizar o mercado como lhes convém, independente se será justo ou não com os trabalhadores, os deixando assim ao julgo das suas variações (SINGER, s.d).

Em oposição, Gaiger (2003) discorre sobre a não existência de um modo de produção diferente. Segundo ele, para que a economia solidária possa ser considerada modo de produção solidária, ela teria que ter superado o modo de produção capitalista e sua estrutura social, moldando assim uma sociedade pós capitalista.

Gaiger (2003) que defende, “Um modo material de produção não existe jamais isolado dos arranjos sociais do processo de trabalho, a que corresponde um acionamento determinado das forças produtivas ao alcance dos agentes econômicos ” (GAIGER, 2003, p. 7). Portanto, na visão deste autor, a economia solidária não foi capaz, ainda, de romper com todas as características da vida econômica que definem o capitalismo, ou seja, a produção,

distribuição e comercialização feita dentro da economia solidária ainda é gerida pelos princípios do modo de produção capitalista<sup>10</sup>.

Desta forma, pode-se perceber que os autores têm visões distintas da formação da economia solidária e sua situação perante o capitalismo. Sendo assim as ideias de Singer (s.d.) sobre o nascimento das práticas solidárias podem ser sintetizadas:

Em épocas de recessões freqüentes e de revolucionamento tecnológico, quando o desemprego atinge dimensões de massa e a exclusão social atinge milhões de pessoas até então inseridas na produção social, a reação toma muitas vezes a forma de multiplicação de pequenas organizações solidárias de produção (SINGER, s.d., p.108).

Confirmando o caráter alternativo da economia solidária, e sua capacidade de mudar a forma de interagir economicamente dos agentes que não se encaixam na economia capitalista. A economia solidária, desta forma, segundo Singer (s.d.), pode vir ou não a substituir o modo de produção capitalista, como forma de organização social e econômica. O autor acredita também na capacidade de adaptação que a prática solidária oferece, como já ocorre, por exemplo com empresas capitalistas que declararam falência e são transformadas em empresa solidária baseada na cooperação.

Ainda se mantendo nas ideias de formação da economia solidária e sua relação com o capitalismo, pode-se perceber que Gaiger (2003) defende a prática solidária como uma produção social que não tem pretensão, na forma que está estruturada, de transcender o capitalismo. Para ele, ela é uma junção de uma forma diferente de se agir socialmente sem romper totalmente com os princípios capitalistas. Sendo assim, sem as características necessárias<sup>11</sup> para ser um modo de produção substituto.

A economia solidária não reproduz em seu interior as relações capitalistas, pois as substitui por outras, mas tampouco elimina ou ameaça a reprodução da forma tipicamente capitalista, ao menos no horizonte por ora apreensível pelo conhecimento (GAIGER, 2003, p.194).

---

<sup>10</sup> “O modo de produção capitalista nasce da reunião de quatro características da vida econômica, até então separadas: a) um regime de produção de mercadorias, de produtos que não visam senão ao mercado; b) a separação entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores, desprovidos e objetivamente apartados daqueles meios; c) a conversão da força-de-trabalho igualmente em mercadoria, sob forma de trabalho assalariado; d) a extração da mais-valia, sobre o trabalho assim cedido ao detentor dos meios de produção, como meio para a ampliação incessante do valor investido na produção” (GAIGER, 2003, p.7-8).

<sup>11</sup> Características estipuladas por Marx, como forma de se romper com a sociedade capitalista e que Gaiger (2003) defende.

Mance (2002), diferentemente dos outros autores, acredita na capacidade da economia solidária de se desenvolver em uma sociedade pós-capitalista. Isso se daria a partir da formação de redes de colaboração solidária locais e globais.

A noção de Rede de Colaboração Solidária, enquanto categoria analítica, resulta da reflexão sobre práticas de atores sociais contemporâneos, compreendidas desde a teoria da complexidade e da filosofia da libertação (MANCE, 2002, p.1).

Estas redes teriam a capacidade de juntar todos os mecanismos inerentes a um modelo econômico e social, realizando todo o processo de produção, comercialização, distribuição e consumo de forma justa e sustentável. Mance (2002) acredita que o propulsor da rede de colaboração está na forma de consumo diferente que a sociedade vem buscando, pois, as diferenças sociais estão cada vez mais amplas e sensíveis, fazendo delas uma preocupação global. Da mesma forma que as mudanças ambientais advindas com o modelo capitalista, que causam inquietação e busca de soluções dos agentes mais conscientes.

### 1.3 DESDOBRAMENTOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A solidariedade está presente no modo de produção capitalista, assim como a competição, de tal forma que os agentes em seus papéis econômicos e sociais são expostos a um *trade-off* contínuo entre elas. Quando evidenciado um cenário de caráter social, a solidariedade tende a prevalecer. Quando apresentadas situações tipicamente econômicas, a competição normalmente sobressai. Todavia, por mais que esta decisão pareça simples, ela é composta por variados momentos de singularidade. São nestas lacunas da organização capitalista que a economia solidária é acolhida e desenvolvida, pois os agentes mais vulneráveis, principalmente os mais pobres, os quais não tem as mesmas oportunidades de se adaptarem às variações constantes, tendem a optar por práticas mais harmônicas (SINGER, 2001).

Dentre as opções presentes no campo do fazer solidário, destacam-se as empresas solidárias, as redes de colaboração solidária, e as peculiaridades do consumo. As buscas de

opções mais solidárias de interagir economicamente, principalmente em períodos de estrangulamento econômico, cativam os pobres. Desta forma, “A cooperativa de produção, talvez a mais importante das empresas solidárias, surge muitas vezes como defesa contra a ameaça da pobreza” (SINGER, 2001, p.106). Estes empreendimentos normalmente nascem de empresas capitalistas em processo de falência, que ao serem assumidas pelos trabalhadores, se tornam cooperativas autogestionadas ou não, observa-se na economia uma maior presença de cooperativas de comercialização, que vinculados as de consumo estimulam as de produção.

Segundo Singer (2001), as cooperativas solidárias são demarcadas por peculiaridades, quando comparas às empresas capitalistas, tendo por exemplo a escala de remuneração. Em empresas capitalistas, a diferença entre a maior e a menor remuneração é muito mais abrupta que em empresas solidárias. Isso se deve ao fator solidariedade, pois os gerentes destas empresas aceitam receber menos em detrimento de que todos os demais trabalhadores tenham uma maior parcela de ganhos. Nos empreendimentos solidários, todas as decisões são feitas de forma coletiva, via assembleias e votações. A responsabilidade pela decisão e suas consequências não se prende apenas aos cargos mais altos, ela é decidida e sentida por todo o corpo estrutural. Tendo isso em vista, os desdobramentos da economia solidária vão além da superfície economia, adentrando o social, conseguindo organizar o bem-estar dos trabalhadores com as necessidades econômicas do empreendimento.

A prática da solidariedade consiste precisamente nisso: na generosidade que não enseja que o grau de sacrifício de cada indivíduo seja medido para futuras compensações; no desprendimento que faz com que cada trabalhador abra mão de lazer ou de dinheiro não só para o bem comum mas também para cobrir deficiências de companheiros (*Ibid*, p.107).

Mance (2005), traz uma abordagem similar à de Singer (2001) ao enxergar a presença da economia solidária na maioria dos espaços que a economia capitalista se insere, os quais desenvolvem práticas bem sucedidas de atuação, seja no financeiro, com os bancos e institutos solidários, cooperativas de crédito e bancos do povo; na produção, com grupos de produção comunitária, cooperativa e associações de produção; no administrativo, com a autogestão de empresas por trabalhadores; na comercialização, com o comércio solidário e comércio justo internacional; no consumo final com consumo crítico e solidário, além de grupos de aquisição solidária; e na difusão de tecnologias, a partir da propagação de tecnologias livres e sustentáveis (*Ibid*).

Mance (2005) defende que estas ações devem ocorrer de forma interligada, compondo uma rede de colaboração, pois “O isolamento dessas diversas práticas bem-sucedidas fragilizava a sua expansão local e global” (*Ibid*, p.3). Desta forma, a presença de uma organização que fosse capaz de coordenar o financiamento, a produção, a comercialização e os meios tecnológicos para se produzir, gerir, servir e coordenar, seria capaz de impulsionar e manter os empreendimentos solidários. Mantê-los não apenas de forma econômica, e sim interligando o aspecto político e cultural. A rede solidária, na visão de Mance (2005) é capaz de gerar inversões a partir da demanda dos trabalhadores por trabalho, consumo e necessidades sociais, direito de bem viver<sup>12</sup>, liberdade e dignidade. Desta forma, rompendo com a lógica capitalista de exploração e maximização dos lucros, tendo visto que na prática das redes, o ciclo econômico se manterá pelo consumo solidário<sup>13</sup> e não pelo consumo alienado<sup>14</sup>.

O objetivo básico dessas redes é *remontar de maneira solidária e ecológica as cadeias produtivas*: a) produzindo nas redes tudo o que elas ainda consomem do mercado capitalista: produtos finais, insumos, serviços, etc; b) corrigindo fluxos de valores, evitando realimentar a produção capitalista, o que ocorre quando empreendimentos solidários compram bens e serviços de empreendimentos capitalistas; c) gerando novos postos de trabalho e distribuindo renda, com a organização de novos empreendimentos econômicos para satisfazer as demandas das próprias redes; d) garantindo as condições econômicas para o exercício das liberdades públicas e privadas eticamente exercidas (MANCE, 2002, p.2).

---

<sup>12</sup> O bem viver, em uma visão de experiência e prática é um conceito intimamente ligada a cultura da sociedade analisada, de toda forma pode ser sintetizado como uma relação do homem com a natureza, com o modo de produção, a vida social e espiritual, ligando às de forma indissociável. Olhando pelo lado ético é uma construção de uma sociedade diversificada e extremamente plural, com acordos que garantam o mínimo bem-estar coletivo comum e socialmente compartilhado. Desta forma, pode-se concluir que o bem viver é uma criação cultural de escolha de sociedade baseada no respeito a vida, em todos os âmbitos dela.

ASCARRUNZ, Beatriz, El vivir bien como sentido y orientación de políticas publicas. In. FARAH, Ivonne Farah H.;VASAPOLLO, Luciano (Coords.). Vivir bien: ¿Paradigma no capitalista? La Paz, Bolívia: CIDES-UMSA, 2011, pp. 423-437.

<sup>13</sup> O *consumo solidário* é praticado com o objetivo de contribuir-se socialmente para o bem-viver de toda a coletividade, uma vez que é no consumo que a produção se completa, impactando nos ecossistemas e na sociedade em geral. As escolhas de consumo realizadas por qualquer pessoa influenciam tanto na geração ou manutenção de postos de trabalho em uma dada sociedade (quando se consome os produtos nela elaborados), quanto na preservação de ecossistemas (quando se consome produtos de empresas que adotam a reciclagem de materiais, uso sustentável dos recursos e o combate à poluição), enfim, na promoção do bem estar coletivo da população de sua comunidade, de seu país e do planeta (MANCE, 2005, p.7).

<sup>14</sup> O *consumo alienante* é aquele em que as pessoas buscam, nas mercadorias, qualidades que lhes são associadas pelas publicidades e modismos. Diversos desejos, anseios, angústias, medos, necessidades etc são acionados pelas publicidades, movendo as pessoas ao consumo de certos produtos, de certas marcas, que passam a ser considerados como a melhor opção para alcançar a felicidade e a realização pessoal (MANCE, 2005, p.6).



Pode-se perceber, que para Mance (2002), todo o mecanismo da rede de colaboração solidária está interligado pelo consumo solidário, que ao seu ver trará os reinvestimentos coletivos dos excedentes, também baseado na colaboração solidária de todos, para a garantia da liberdade e do bem viver. E ao mesmo tempo que estas redes operam baseadas nas demandas trabalhistas de liberdade e bem viver, também combatem a estrutura capitalista de exploração e dominação, as quais mantêm o ciclo de pobreza e opressão, presentes no modo de produção do capital.

Portanto, apresenta-se uma peculiaridade entre os autores, enquanto Singer (2001) enxerga o ponto de maior expansão da economia solidária no desenvolvimento das cooperativas, Mance (2002, 2005) defende a elaboração de redes de colaboração que uniriam todos os empreendimentos solidários em um mercado próprio, baseado em bem viver e solidariedade.

Singer (2001) observa que a economia solidária possui impedimentos para competir em alguns mercados, que demandam uma maior concentração de capital, muitas vezes se restringindo a mercados que ofertam trabalho artesanal ou semelhante. Este padrão é um dos impedimentos para a expansão do modo solidário, pois as atividades que são possíveis realizar não geram grandes inversões. Sendo assim, o valor a ser subdividido não será alto, mantendo os associados na pobreza. “Não há como desconhecer que a economia solidária é parte integrante da formação social capitalista, na qual a concentração do capital incorpora o progresso técnico e assim determina as condições de competitividade em cada mercado” (SINGER, 2001, p.109). Desta forma, também deixando claro que para Singer (2001) que o objetivo da economia solidária não é romper bruscamente como o capital e sim se incorporar nele.

Gaiger (2003), já parte do princípio que as relações sociais presentes nos empreendimentos econômicos solidários são diferentes da forma assalariada, chegando a compará-la como a economia camponesa. O caráter cooperativo da prática solidária rompe com o princípio capitalista de extração do trabalho excedente, pois há um vínculo de posse entre o meio de produção e o trabalhador.

A autogestão e a cooperação são acompanhadas por uma reconciliação entre o trabalhador e as forças produtivas que ele detém e utiliza. Não sendo mais um elemento descartável e não estando mais separado do produto do seu trabalho, agora sob seu domínio, o trabalhador recupera as condições necessárias, mesmo se insuficientes, para uma experiência integral de vida

laboral e ascende a um novo patamar de satisfação, de atendimento a aspirações não apenas materiais ou monetárias. Por conseguinte, as relações de produção dos empreendimentos solidários não são apenas atípicas para o modo de produção capitalista, mas contrárias à forma social de produção assalariada: nesta, o capital emprega o trabalho; naqueles, os trabalhadores empregam o capital (GAIGER, 2003, p.193).

Sendo assim, Gaiger (2003) apresenta a ideia que a cooperação é o elemento chave para uma nova racionalidade econômica, pois este constrói uma base de dignidade e equidade do trabalho que por sua vez, é peça central no empreendimento solidário e, portanto, valorizado pelos seus associados. Gerando uma maior capacidade de trabalho disponível e garantia de maiores rendimentos do trabalho dos associados. Todavia, a economia solidária não muda o modo de produção, ela substitui a forma social de produção, ou seja, ao substituir as relações capitalistas de produção, ela não as elimina ou ameaça. Sua presença como modo alternativo de produção social é enxergada como um caminho de longo prazo, entretanto não é o suficiente para transcender o modo de produção capitalista, pois este termo engloba mais que a forma de produção social, já que o estado das forças produtivas permanece intocado pela prática solidária.

Desta forma, Singer (2001) e Gaiger (2003) trazem ideias semelhantes quanto ao desenvolvimento da economia solidária. Para ambos os autores, seu objetivo não é superar o capitalismo e sim ser parte integrante dele. Enquanto Singer (2001) defende que a economia solidária pode se incorporar no capitalismo e influenciá-lo de forma indissociável ao modo de produção, o que já vem fazendo com as empresas solidárias de forma microeconômica. Gaiger (2003) vai de contrapartida, julgando a economia solidária incapaz de mudar o sistema capitalista a partir de alterações sociais, pois segundo este autor, estas são as únicas alterações que a prática solidária faz, não tirando dela há capacidade de influenciar o capitalismo, pois a substituição da produção social é algo presente e deve ser considerado, todavia não basta para mudar o sistema econômico vigente.

Já Mance (2002, 2005) acredita que a economia solidária é o modelo ideal para se avançar numa sociedade pós-capitalista, tendo como mecanismo chave as redes de colaboração solidária, pois diferentemente de Gaiger (2003) e Singer (2001) a prática solidária, quando interligada pelo consumo solidário é capaz de não apenas substituir processos capitalistas, mas sim de criar novos. Mecanismos considerados novos pois são baseados na solidariedade, liberdade e sustentabilidade de todo o processo econômico e social, tendo assim conseguido romper com as práticas capitalistas que mantêm o ciclo de

exploração e desgaste social. O ponto em que para Mance (2002, 2005) fica claro a capacidade de expansão e desenvolvimento da economia solidária é o consumo solidário. Variável pouco desenvolvida e ponderada por Singer (2001) e Gaiger (2003).

#### 1.4 O CONSUMO E A PRÁTICA SOLIDÁRIA: CLUBES DE TROCA E OUTROS EMPREENDIMIENTOS

Santos (2011) acredita que o consumo é uma espécie de narrativa da sociedade contemporânea, a partir do qual pode-se identificar os valores predominantes no imaginário social. Assim, quando interpretado, expõe as relações sociais presentes na sociedade, revelando mais que os valores predominantes, elucidando os valores em disputa no meio social.

O ato de consumir vai além de produtos e serviços, engloba também bens simbólicos, ideias, representação midiática e estilo de vida. Portanto, pode-se perceber que é uma ação onipresente dentro do cotidiano. Ao consumir, os indivíduos comunicam ao mundo quem são, em que ideias acreditam e defendem quais relações estão dispostos a formar, quais são seus códigos de conduta, valores éticos e morais, a que grupos pertencem e almejam pertencer (SANTOS, 2011).

De acordo com a autora, “Uma reflexão sobre o sentido social da distinção nos remete ao nó górdio<sup>15</sup> do consumo: o facto de que ele constitui um sistema de classificação social” (SANTOS, 2011, p.176). Ou seja, mesmo que o sistema de classificação social do consumo seja visto como um problema complexo que necessite de uma solução simples e prática, não pode ser negado que ele mantém e organiza a estrutura de classe dentro da sociedade. Pelo consumo, o gosto do indivíduo, que é uma construção sociocultural, tende a

---

<sup>15</sup>“O nó górdio foi um nó cuja história remonta ao século VIII A.C. Diz a lenda que o rei da Frígia morreu sem deixar herdeiros. E ao consultar o Oráculo, este lhe anunciou que o próximo rei chegaria à cidade num carro de bois. A profecia foi cumprida por um camponês, de nome Górdio, que foi coroado. Para não esquecer de seu passado humilde ele colocou a carroça, com a qual ganhou a coroa, no templo de Zeus e a amarrou com um nó a uma coluna - nó este impossível de desatar. Górdio reinou por muito tempo. Quando morreu, seu filho, Midas, assumiu o trono. Midas expandiu o império, porém morreu sem deixar herdeiros. O Oráculo foi ouvido novamente e declarou que quem desatasse o nó de Górdio dominaria toda a Ásia Menor. Quinhentos anos se passaram sem que ninguém conseguisse desatar o nó. Até que Alexandre, o Grande, ao passar pela Frígia ouviu a lenda e, intrigado com a questão, foi até o templo de Zeus observar o feito de Górdio. Após muito analisar, desembainhou sua espada e cortou o nó. Lenda ou não o fato é que Alexandre se tornou senhor de toda a Ásia Menor poucos anos depois.” Disponível em: <<http://extra.globo.com/tv-e-lazer/vai-dar-certo/a-historia-do-no-de-gordio-408369.html#ixzz4QFvPMcCL>>. Acesso em: 17 nov. 2016

estigmatizar e mobilizar dentro de uma determinada estrutura social, formando os círculos sociais, em sua representação do que é bom, justo e belo.

Mantendo-se nas ideias de Santos (2011), observa-se que o consumo possui peculiaridades, pois, mesmo se expressando como uma forma individual e coletiva, ele apresenta contradições. “Embora a percepção do consumo seja a de um ato individual, ele, de facto, não só enreda diversos coletivos, como reitera mecanismos de reprodução e descarte em escala. O consumo nunca é um ato solitário” (SANTOS, 2011, p. 178). Isso ocorre devido a incapacidade de dissociação entre produção e consumo, pois o modelo de consumo vigente também expressa o fluxo de dominação presente nas relações de troca. As externalidades e singularidades do consumo são expostas de diferentes formas e meios, seja mediante a cópia de hábitos de consumo, a vinculação de dependência<sup>16</sup> com outras economias tanto pela ótica da produção quanto pelo consumo, assim como a desvalorização dos bens e a obsolescência programada na produção.

Ciente sobre o papel do consumo na sociedade contemporânea, seus desdobramentos e peculiaridades, pode-se perceber as características as quais a economia solidária terá que se adaptar dentro do modelo capitalista de consumo. Desta forma, a autora propõe que as trocas possam representar um caminho alternativo ao mercado capitalista.

As trocas, portanto, mesmo em uma sociedade de mercado, podem constituir-se no âmbito de outra racionalidade e, como tal, traduzir modos alternativos de organização da vida social. Embora a ruptura com o mercado capitalista não se avizinha como perspectiva prioritária nas trocas ocidentais, é de se esperar que o alastramento de experiências pautadas nestes modos alternativos (não raro com enfrentamento dos interesses hegemônicos) cause incômodos sucessivos à reprodução do sistema do capital. Iniciativas que empoderam politicamente coletividades podem desarticular interesses de setores organizados do mercado (SOUZA, 2011, p.190).

Segundo Santos (2011), as trocas na economia solidária trazem um pouco do conceito de dádiva<sup>17</sup> (MAUSS, 2003 *apud* SANTOS, 2011), pois os mercados solidários apresentam objetivos que vão além do circuito simples de mercadorias. Eles desenvolvem a

---

<sup>16</sup> Vide, o exemplo latino americano, onde majoritariamente a produção agrícola é feita em latifúndios, com monocultura voltados para o mercado internacional. Deixando assim o mercado doméstico, a ser abastecido por pequenos produtores e importadores, causando uma relação econômica de dependência entre produção e consumo, com o mercado estrangeiro.

<sup>17</sup> Segundo Marcel Mauss, o dom pressupõe três obrigações: dar, receber e restituir. Estas etapas seriam inerentes a todo tipo de trocas simbólicas. Para ele a restituição, se resume a um enigma: “que força há na coisa que se dá que faz com o que o donatário a restitua?” (GODELIER, 2001:14, *apud* SOUZA, 2011). A dádiva é “obrigatória e espontânea, gratuita e interessada, incondicional e condicional” (LECHAT e SCHIOCHET, 2003:85, *apud* SOUZA, 2011).

coesão social e o fortalecimento das identidades coletivas. Na dádiva, o fator principal é a relação que a troca proporciona, sua finalidade são os laços sociais. Dessa forma, pode-se fazer uma interligação com a economia solidária a partir do que ambas buscam: uma racionalidade diferente da implementada pelo consumo capitalista. Isto é, tanto na troca solidária quanto na dádiva, o que mais importa não é o produto, e sim as relações a partir dele construídas, sejam para a sua criação ou utilização.

Os clubes de trocas<sup>18</sup> se encaixam na busca de uma forma de consumo alternativa, que quebre com a estrutura social erguida e mantida pela forma de consumo vigente, pois, ao proporem uma relação de troca, monetizada ou não, se aproximam de uma relação de dádiva e não de uma dominação sociocultural própria do capital, sendo possível romper com a lógica de acúmulo capitalista, e expor uma abordagem mais justa, solidária e sustentável. Conforme discorre a autora,

A riqueza epistemológica de uma “outra economia” vai na contramão do sistema classificatório que o consumo, como força motriz do mercado, aciona. Neste caso, as trocas, materializadas no fenômeno social de um consumo alternativo, criam espaço de circulação para sistemas cognitivos diversos, gerando coesão, protagonismo econômico e social e a desarticulação de sistemas dominantes (SANTOS, 2011, p.192).

Mance (2005) traz uma visão de consumo similar, onde, para ele, o consumo é a peça principal para a sustentabilidade da economia solidária. Uma prática solidária de consumo garante o livre bem viver individual e dos trabalhadores envolvidos na produção e comercialização, além de manter o equilíbrio dinâmico dos ecossistemas associados. Por ser o resultado final do processo de produção, distribuição e comercialização, ele tem a capacidade de impactar a manutenção do complexo econômico, independente do modelo vigente. Desta forma, é importante ter consciência de que o consumo não é só uma consequência da produção, mas o seu motor, já que a demanda puxa a oferta, ainda mais se levarmos em conta que são principalmente as características da procura que delimitam como será a mercadoria ofertada.

---

<sup>18</sup> Os clubes de troca tomam evidência na Argentina - primeiro sendo criado em maio de 1995. Nestes clubes, os intercâmbios são mediados por uma “moeda social”, que permite a troca indireta e permanente entre pessoas. [...] No Brasil, os clubes de troca começaram em São Paulo, 1998, estendendo-se depois para Florianópolis, Rio de Janeiro, Fortaleza e Porto Alegre. Presentes em vários países estas redes solidárias, inicialmente voltadas para a troca de saberes, logo incorporaram produtos e serviços no circuito. Hoje na maior parte dos clubes, pode-se trocar de tudo: produtos, serviços, saberes (SOUZA, 2011, p.192).

Quando consumimos um produto, em cuja elaboração seres humanos foram explorados e o ecossistema prejudicado, nós próprios somos co-responsáveis pela exploração daquelas pessoas e pelos danos ao ecossistema, pois com nosso ato de compra contribuimos para que os responsáveis por essa opressão social e má-conduta ecológica possam converter as mercadorias em capital a ser reinvestido do mesmo modo, reproduzindo as mesmas práticas injustas socialmente e danosas ecologicamente (MANCE, 2005, p.6).

Desta forma, baseando-se em Mance (2005), os consumidores são mais responsáveis pelas discrepâncias do capitalismo do que percebem. Consumir não se resume apenas a uma necessidade, mas também engloba uma ação ética e política. Sendo assim, consumir solidariamente amplia as liberdades públicas e privadas, diminui a pobreza e gera um desenvolvimento ecológico e socialmente sustentável.

Mance (2005) observa na sociedade contemporânea quatro tipos diferentes de consumo: alienante, compulsório, para o bem viver e solidário, os quais demarcam a sociedade baseando-se em seus perfis de interação econômica com a mercadoria que consomem, por escolha ou necessidade.

O consumo alienante é marcado pela grande influência da propaganda, que passa ao seu consumidor a necessidade de possuir aquela mercadoria, a fim de se obter um resultado final almejado. Este consumo se baseia principalmente nos sentimentos que a posse da mercadoria trará de realização pessoal.

O consumo compulsório é a compra de uma mercadoria por uma necessidade, como alimentos e roupas de frio. Portanto, ao mesmo tempo em que é praticado por toda a sociedade, independente da renda, os pobres lhe são mais íntimos, tendo visto que eles não têm poder de escolha quando necessitam maximizar sua renda.

O consumo para o bem viver é a busca por satisfazer as necessidades e os desejos a partir do consumo. Ele é comum entre pessoas que possuem sensibilidade, recursos e critérios de avaliação de produtos e serviços que o consomem de acordo com o seu próprio critério. É um consumo que visa contribuir com a preservação do ecossistema, podendo vir a se tornar um consumo solidário.

O consumo solidário é realizado objetivando contribuir com o bem viver do coletivo. Ele gera um consumidor capaz de visualizar que suas escolhas de consumo abalam diretamente o modo de produção, pois são capazes de gerar postos de trabalho, preservar ecossistemas, gerar bem-estar social para a comunidade, para o país e para o planeta. Uma peculiaridade que Mance (2005) aponta no consumo solidário é que ele pode gerar inversões e

desenvolvimento em uma rede de colaboração se for feito tanto no consumo final<sup>19</sup> quanto no produtivo<sup>20</sup>. Portanto, a produção tem que ser elaborada e comercializada de forma solidária, para que o consumo final seja também solidário e possa manter este ciclo.

Assim, se o consumo solidário se expande e se mais empreendimentos solidários são organizados com os recursos obtidos, ampliando igualmente o consumo solidário produtivo, vamos reorganizando as cadeias produtivas, expandindo um novo modo de produzir e compartilhar solidariamente as riquezas (MANCE, 2005, p. 7).

Destarte, alcançado o consumo solidário, será possível a implementação de uma rede de colaboração, pois, com a integração do consumo, comercialização, produção e crédito de forma harmônica, este meio de produção conseguirá tornar-se uma opção real ao modo de produção capitalista. Isso posto, entende-se a significativa influência que o consumo causa na sociedade, seja ela qual for (MANCE, 2002).

Na economia solidária, os clubes de troca estabelecem uma nova visão e sentido ao consumo. Existem inúmeros fatores que podem justificar esta perspectiva, seja o contato do consumidor com o produtor e/ou a falta de uma inflação nas transações, ampliando o poder de consumo, possibilitando uma relação igualitária nas trocas e uma experiência de consumo emancipatória. “Na contramão de uma monocultura do consumo, os clubes de troca constituem uma experiência democrática e participativa, que, por sua natureza, apascenta ausências, suscita emergências e redimensiona aspectos sociais e políticos da troca” (SOUZA, 2011, p.194).

Por conseguinte, pode-se perceber que Mance (2005) e Souza (2011) consideram o consumo uma variável fundamental para se entender a lógica capitalista e, assim, com a consciência de como ela se desenvolve, buscam alternativas que rompam com o raciocínio vigente. Enquanto Mance (2002, 2005) defende o consumo solidário, sendo o mecanismo de fixação dos elos da rede de colaboração, Souza (2011) propõe as trocas como uma prática alternativa de consumo. Logo, ambos os autores veem nos empreendimentos solidários uma

---

<sup>19</sup> Produto que será consumido na forma que está, sem passar por transformações. Por exemplo o pão é um produto final, pois será consumido nesta forma, diferentemente da farinha, que precisa mudar sua estrutura para ser consumida por um indivíduo.

<sup>20</sup> Produto que será consumido na produção de alguma outra mercadoria. Ele precisa ser transformado no processo de produção para a obtenção do produto final, o qual sim, será consumido na sua estrutura apresentada. Como por exemplo a farinha é um insumo para a obtenção do pão.

alternativa ao modo de produção capitalista, frisando que uma sociedade baseada no consumo só poderá ser transformada pelo consumidor.



## CAPÍTULO 2 - ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

A economia solidária nos últimos 13 anos, tem obtido diversos avanços e ramificações, seja em movimentos sociais, produções acadêmicas, medidas institucionais, ações políticas ou empreendimentos solidários. O trabalho e dedicação dos agentes solidários no Fórum de Economia Solidária (FBES), em conjunto com os movimentos presentes em outros países do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a presença desta economia em todos os continentes – compondo a Rede Intercontinental de Promoção da Economia Social e Solidária (Ripess) – mostram a importância da economia solidária para o desenvolvimento econômico. No Brasil, a prática solidária ganha notoriedade tanto nos movimentos sociais quanto na sociedade civil, ao se tornar uma opção viável de alternativa econômica em momentos de crise, levando à criação de políticas públicas de fomento à economia solidária, no âmbito municipal, estadual e federal (SINGER, 2004).

Segundo Singer (2014), a economia solidária tem uma relação diretamente proporcional com as crises econômicas. No momento em que elas se agravam e expandem, a prática solidária também se amplia, pois, o aumento do desemprego e pobreza, advindos com as políticas de austeridade de combate a estagnação e recessão, fazem da economia solidária uma alternativa atraente e viável. Todavia, este caráter temporário da economia solidária como um papel de “válvula de escape” econômico não é tudo que ela pode oferecer a sociedade.

A economia solidária é capaz de estimular o endodesenvolvimento<sup>21</sup> de comunidades extremamente carentes, gerando emprego e renda de forma local e igualitária. Este tipo de desenvolvimento é diferente do convencional feito de forma exógena, ou seja, os agentes externos trazem investimentos em uma atividade econômica para aquela localidade, estimulando empregos e renda, entretanto apenas uma parcela da população consegue se enquadrar nos empregos formais, mantendo a outra parcela no trabalho precário. No endodesenvolvimento, esta desigualdade não ocorre, pois, o estímulo do agente externo se

---

<sup>21</sup> É um desenvolvimento que se caracteriza por ser feito por uma comunidade para si própria, sua principal preocupação é juntar os esforços de todos os membros em prol do desenvolvimento, e que assim todos se beneficiem de forma igualitária dentro da comunidade. Ele é possível sempre que existe apoio do poder público em conjunto com esforço e comprometimento da sociedade, gerando assim uma rede de agentes de desenvolvimento, que são indivíduos integrados na comunidade e foram por ela escolhidos para formarem um elo entre a comunidade e o poder público (SINGER, 2014).

adequa ao ambiente econômico que vai ser alocado, ele interage com a comunidade que se mobiliza e, solidariamente, constituem empreendimentos que ofertam bens e serviços competitivos, assim estimulando o trabalho e renda de forma igualitária (SINGER, 2014).

Nesse sentido, este capítulo apresenta os desdobramentos presentes da economia solidária na sociedade brasileira, analisando pela ótica do Governo e das políticas públicas, dos empreendimentos e do consumo. A primeira seção mostra a extensão das políticas públicas com foco em economia solidária presentes no governo brasileiro<sup>22</sup>, trazendo os seus desafios, conquistas, órgãos de análise, pesquisa, observação e fomento. Também estrutura todas as extensões da economia solidária no âmbito político e governamental em cinco subseções, para um estudo amplo de seus impactos no desenvolvimento da mesma.

A segunda seção apresenta a distribuição da economia solidária no território nacional, com ajuda dos dados coletados no segundo mapeamento de economia solidária (2010-2013) e de alguns indicadores econômicos e sociais. Observando estes dados pela ótica da área de atuação do empreendimento, atividade econômicas realizada pelo empreendimento e motivação da criação do empreendimento, buscando assim uma análise plural de como a economia solidária se comporta, com foco nas regiões Nordeste (maior concentração nacional de empreendimentos) e Sudeste (região de liderança econômica<sup>23</sup>).

A terceira seção discute a relação da economia solidária com o consumo. Para este estudo, a região sudeste é tomada como ponto de partida, com ênfase no estado do Rio de Janeiro e na microrregião de Campos dos Goytacazes.

## 2.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

A busca pela consolidação da economia solidária no Brasil tem encontrado caminhos e apoios nas políticas públicas, especialmente com a criação de uma secretaria própria junto ao Governo Federal. A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)<sup>24</sup> foi criada no primeiro Governo Lula (2003 - 2006) em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), tendo Paul Singer como secretário nacional de economia solidária. Com a

---

<sup>22</sup> Realizado durante o Governo Lula (2003- 2011) e primeiro governo Dilma (2011-2014).

<sup>23</sup> Considerando que a região Sudeste é responsável por 55,27% do PIB Nacional, para o ano de 2013.

<sup>24</sup> A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), encontrasse no momento de realização desta pesquisa em transição para uma subsecretaria de economia solidária.

instauração dessa secretaria, a economia solidária passa a ter voz ativa em âmbito nacional e a ser disseminada com muito mais força dentro do território brasileiro (SINGER, 2014).

A criação da SENAES permitiu a ligação entre o trabalhador, a economia solidária e as políticas públicas. A partir das atividades promovidas, houve uma aproximação dos agentes econômicos com a economia solidária, apresentando-lhes uma alternativa viável à economia convencional, assim como a estrutura singular de interação entre comunidade, trabalho e renda presentes no modo de agir solidário. A expansão da economia solidária é uma realidade na economia nacional, chegando, em 2015, a representar aproximadamente 1% do PIB Brasileiro<sup>25</sup>, mostrando, assim, a capacidade do modo de agir solidário em gerar inversões não apenas no âmbito local.

A mesma lei que instaurou a SENAES também fez possível a implementação do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), que tem como missão chave conciliar os interesses da sociedade civil e dos órgãos governamentais para o futuro da economia solidária em território nacional. Desta forma, os agentes econômicos são amparados e capazes de centrar as forças governamentais em políticas que são realmente efetivas para a ampliação da economia solidária.

A SENAES, na sua organização dentro do MTE, conta com ramificações estruturais para observar e compreender os desdobramentos presentes na economia solidária dentro do território nacional. O Observatório de Economia Solidária e do Cooperativismo (ONESC) e o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), disponibilizam um banco de dados de economia solidária extenso e complexo, sendo que o ONESC, conta com os dados da SIES para realizar a análise e tabulação. No ONESC, os dados, coletados tanto pela SIES como por outros órgãos oficiais, são trabalhados visando áreas da economia solidária, de características social e territorial. A SIES, por sua vez, realiza o mapeamento da economia solidária e disponibiliza os dados brutos, em um atlas digital.

Também auxiliando no processo de organização das políticas públicas e combate a falsos empreendimentos solidários, o Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL), oferece aos agentes a identidade de economia solidária. Os

---

<sup>25</sup> “O Brasil é hoje referência mundial, com o setor representando 1% do PIB nacional.” reportagem de Caroline Campos, para o *Seu Jornal*, da TVT, publicada em 19/08/2015. Ainda segundo a reportagem, a Unisol Brasil, (central de cooperativas e empreendimentos solidários) tem 850 empreendimentos filiados, todos geridos pela autogestão um dos desdobramentos da economia solidária. Disponível em: < <http://www.redebrasilatual.com.br/economia/2015/08/economia-solidaria-ja-representa-1-do-pib-no-brasil-3696.html> > acessado em 11 dez. 2016

empreendimentos são cadastrados e após análise, recebem uma Declaração de Empreendimento Econômico Solidário (DCSOL) possibilitando, assim, ao empreendimento a participação em programas voltados para a economia solidária.

Destaca-se também o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), oficializado em 2012, que tem um papel importante na formação e consolidação do movimento social de economia solidária, que busca criar uma base intelectual e política voltada a defender as peculiaridades deste modo alternativo de interagir economicamente. Desta forma, seu objetivo é articular a sociedade civil para que dialoguem com as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil.

Como resultado da mobilização e dedicação da sociedade civil brasileira na atuação junto ao movimento social da economia solidária, seja vinculada ao FBES ou partir dos empreendimentos solidários, a Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES), em sua terceira edição, montou o 1º Plano Nacional de Economia Solidária, com vigência de 2015 a 2019. Este desenvolve metas, planos e ações construtivas para a expansão e manutenção da economia solidária, baseado nos princípios solidários, com uma abordagem contextualizada nacional e internacionalmente e uma separação em eixos temáticos da economia solidária, como a produção, comercialização e consumo, e o financiamento. Desta forma, mostrando a importância da economia solidária para a sociedade brasileira e sua expressividade perante às políticas públicas.

As ações e organizações solidárias presentes na sociedade brasileira, sejam elas políticas ou civis, são um reflexo de como a economia solidária vem construindo raízes dentro da economia nacional. Esta economia vem se apresentando não apenas como uma medida de solução a imprevistos, mas também como uma opção viável de manutenção da vida e do bem viver, tendo variados desdobramentos dentro do governo brasileiro, não apenas no âmbito federal, estando presente, ainda, no âmbito estadual e municipal. Os desdobramentos apresentados reiteram o seu caráter permanente e de aderência social, tendo visto que as medidas mostradas se propagam desde coleta de dados e suas análises às políticas públicas nacionais de longo prazo. Dessa forma, mostra-se a importância da economia solidária para a sociedade e economia brasileira como um todo.

### 2.1.1 A Secretaria Nacional de Economia Solidária e o Conselho Nacional de Economia Solidária

A SENAES foi inserida no MTE com a publicação da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003 e revogado pelo decreto nº 5.063<sup>26</sup>, de 3 de maio de 2004, instaurados no governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Esta mesma lei também instituiu o CNES, que se propõe a conciliar os interesses governamentais com os da sociedade civil em prol do desenvolvimento da economia solidária.

Segundo Singer (2004), todas estas mudanças de legislação vieram em consonância com o reconhecimento governamental das alterações sociais advindas com a crise do trabalho nas décadas de 1980 e 1990. Sendo assim, a instauração da SENAES mostra a capacidade e resolubilidade da economia solidária na luta contra o desassalariamento em massa, a desindustrialização e a perda de postos de trabalho, advindas com as crises econômicas. “A Senaes entende que sua missão é difundir e fomentar a economia solidária em todo o Brasil, dando apoio político e material às iniciativas do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)” (SINGER, 2014, p.4).

O CNES é uma instituição composta por agentes civis e de setores governamentais, tendo um papel político e social nas decisões sobre as perspectivas da economia solidária, já que é a partir das suas deliberações que as políticas públicas de economia solidária são elaboradas e organizadas. Sua principal função é discutir, propor e organizar as diretrizes das ações voltadas à economia solidária no âmbito do governo federal, assim como o acompanhamento da execução das políticas nacionais de economia solidária. É um conselho composto por 56 entidades, divididas entre três setores: governo, empreendimentos de economia solidária e entidades não governamentais de fomento e assessora à economia solidária, integrante do MTE, como instaurado no Decreto nº 5811, de 21 de junho de 2006.

---

<sup>26</sup> Neste decreto, a economia solidária conta com a Secretaria Nacional de Economia Solidária, o Departamento de Estudos e Divulgação, Departamento de Fomento à Economia Solidária, Coordenação-Geral de Fomento à Economia Solidária, Coordenação-Geral de Comércio Justo e Crédito e o Conselho Nacional de Economia Solidária. Tendo como as 5 primeiras competências: subsidiar a definição e coordenar as políticas de economia solidária no âmbito do Ministério; articular-se com representações da sociedade civil que contribuam para a determinação de diretrizes e prioridades da política de economia solidária; planejar, controlar e avaliar os programas relacionados à economia solidária; colaborar com outros órgãos de governo em programas de desenvolvimento e combate ao desemprego e à pobreza; estimular a criação, manutenção e ampliação de oportunidades de trabalho e acesso à renda, por meio de empreendimentos autogestionados, organizados de forma coletiva e participativa, inclusive da economia popular.

A SENAES traz em sua estrutura uma visão simples e prática de economia solidária, colocando-a em um polo oposto ao da economia capitalista, por eles considerada convencional. Com esta visão em mente,

A Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Enquanto na economia convencional existe a separação entre os donos do negócio e os empregados, na economia solidária os próprios trabalhadores também são donos (TRABALHO, 2015).

Segundo a Secretaria, existem princípios que são muito importantes para a prática da economia solidária, que são a cooperação, autogestão, ação econômica e solidariedade. Por cooperação compreende-se uma colaboração baseada nos interesses e objetivos comuns, com a união dos esforços e capacidades, assim como a propriedade privada e a partilha dos resultados. Por autogestão, observa-se que na prática solidária as decisões são tomadas de forma coletiva, decidindo-se o que é melhor para o grupo empreendedor. Por ação econômica, percebe-se que os empreendimentos solidários estão voltados para a produção, comercialização, prestação de serviços, trocas, crédito e consumo. Por solidariedade, entende-se a preocupação do bem-estar dos envolvidos, assim como a busca por um desenvolvimento sustentável e comprometido com a comunidade local (TRABALHO, 2015).

A SENAES, mantendo a sua missão de organização e apoio a economia solidária, estrutura o fazer solidário em quatro categorias: Empreendimentos Econômicos Solidários, Entidades de Apoio e Fomento, Organizações de Representação e Governos. Com os empreendimentos econômicos solidários, observa-se que eles se organizam de forma coletiva, a partir de trabalhadores com uma gestão democrática e foco em atividades econômicas. Com as entidades de apoio e fomento, entende-se que as entidades, sejam elas públicas ou privadas sem fins lucrativos, auxiliam direta ou indiretamente empreendimentos e práticas solidárias. Com as organizações representativas e movimentos sociais, percebe-se que existem instituições voltadas para a luta política da economia solidária, que buscam defender seus interesses dentro da sociedade civil e do estado. Nos órgãos governamentais, existe apoio à economia solidária no âmbito federal, estadual e municipal, via as superintendências regionais do trabalho e emprego, e com a rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, criada em 2003, que busca auxiliar estes órgãos (TRABALHO, 2015).

Outra vertente da Secretaria é mostrar aos agentes, que não fazem parte da economia solidária diretamente, a partir da colaboração em algum empreendimento solidário,

que estes podem interagir com ela consumindo produtos que venham da economia solidária, como feiras de economia solidária e produtos de comércio justo e solidário. Além de compor os movimentos, como fóruns estaduais e municipais de economia solidária, assim como programas de extensão e incubação presentes nas universidades e entidades de apoio e fomento.

A principal frente da SENAES são as políticas públicas de transferência de recursos a estados, municípios, universidades e organizações civis que desenvolvem projetos de economia solidária. Estas transferências são feitas por meio de convênios, termos de parceria, colaboração e fomento. São políticas que se inserem no desenvolvimento regional e territorial sustentável, em sua maioria, também apresentando temas mais específicos como o associativismo, cooperativismo social, incubadoras e cooperativas populares, resíduos sólidos, ações integradas, catadores, comércio justo e solidário, finanças solidárias, formação, pesquisa e extensão, além de redes de cooperação solidária. Estas políticas foram ampliadas, organizadas e desenvolvidas no 1º Plano Nacional de Economia Solidária.

Todavia, o futuro da SENAES se mostra incerto durante o governo Temer (2016), que fez algumas alterações presidenciais na estruturação dos ministérios. Uma destas alterações foi feita a partir do Decreto nº 8.894<sup>27</sup>, de 3 de novembro de 2016, o qual instaura que o espaço assegurado junto ao Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS)<sup>28</sup> que era destinado a SENAES, passa a compor a então Subsecretaria de Economia Solidária.

### 2.1.2 O Plano Nacional de Economia Solidária

---

<sup>27</sup> Neste decreto, a economia solidária conta com a Subsecretaria de Economia Solidária e o Conselho Nacional de Economia Solidária. Tendo como as 5 primeiras competências: propor medidas que incentivem o desenvolvimento da economia solidária, o fomento e o fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários e das suas redes de cooperação; promover pesquisas e estudos que contribuam para a produção e a disseminação de conhecimentos e tecnologias apropriadas ao desenvolvimento das iniciativas de economia solidária; coordenar, orientar e apoiar tecnicamente as atividades do Conselho Nacional de Economia Solidária; estimular a criação, a manutenção e a ampliação de oportunidades de trabalho e de acesso à renda, por meio de empreendimentos autogestionados, organizados de forma coletiva e participativa; estimular as relações sociais de produção, distribuição e consumo baseadas na cooperação, na solidariedade, na satisfação e na valorização dos seres humanos e do meio ambiente.

<sup>28</sup> O ministério do trabalho e previdência social (MTPS) nasceu de uma fusão entre o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o Ministério da Previdência Social (MPS), realizada durante o governo da presidente Dilma Rousseff (2015), com a medida provisória nº696, de 2 de outubro de 2015 e convertido em lei nº 13.266, de 5 de abril de 2016. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Lei/L13266.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13266.htm) > e < [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Mpv/mpv696.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Mpv/mpv696.htm) > acesso em: 12 dez. 2016

O 1º Plano Nacional de Economia Solidária foi elaborado durante a 3ª CONAES, convocada pela CNES, com vigência para os anos de 2015-2019.

Um **plano nacional** é um instrumento de orientação da política pública, formulado a partir da análise do contexto e de uma visão de futuro, a partir dos quais são definidos objetivos, \_estratégias e linhas de ação (prioridades) para a sua operacionalidade que orientam a formulação de projetos e ações (SOLIDÁRIO, 2015, p.4).

O foco deste plano é estruturar políticas públicas de economia solidária, alcançadas com as lutas sociais, baseadas nos princípios de democratização, justiça, produção local, desenvolvimento sustentável, preservação do meio ambiente e bem-estar dos associados. Sendo assim, buscou-se, durante a elaboração do plano, contextualizar a situação socioeconômica, cultural, política, ambiental, nacional e internacional da economia solidária; definir as estratégias baseadas na análise da demanda dos empreendimentos econômicos solidários em comunhão com os princípios da economia solidária; e elaborar ações estratégicas que possibilitem o cumprimento de metas e atividades (SOLIDÁRIO, 2015).

As estratégias utilizadas no plano são divididas em duas frentes: territorial e setorial. A abordagem territorial auxilia no contato inicial com as iniciativas de economia solidária e desenvolvimento sustentável, tendo visto que dentro do mesmo espaço, geograficamente definido por similaridades sócio culturais, ela tem mais capacidade de inserção. A abordagem setorial se refere a organização das atividades de economia solidária em segmentos econômicos, facilitando a formação de redes de cooperação e gerando estímulos para a formação de cadeias produtivas solidárias.

A principal meta estabelecida pelo plano é a implementação do Sistema Nacional de Economia Solidária (SINAES), proposto na PL 4685/2012<sup>29</sup>, que busca apoiar e obter a execução da Política de Economia Solidária, assim como os direitos dos trabalhadores associados. Além de estimular a cooperação entre governo e sociedade civil, assim como monitorar e acompanhar as políticas nacionais de economia solidária.

O plano também conta com uma análise setorial estratégica da economia solidária, buscando uma abordagem mais específica em cada área temática, sendo quatro eixos que

---

<sup>29</sup> O Projeto de lei nº 4685 de 2012, encontra-se na seguinte situação: “Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)” Disponível em: < <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=559138> > Acesso em: 2 jan. 2017



representam os setores de maior incidência dos empreendimentos solidários: eixo i) produção, comercialização e consumo; eixo ii) financiamento: crédito e finanças solidárias; eixo iii) educação e autogestão; e eixo iv) ambiente institucional. Estes grupos possuem objetivos gerais e específicos, diretrizes e linhas de ação e ações prioritárias, voltados para a manutenção e expansão da sua vertente dentro da economia solidária.

As políticas públicas voltadas para a produção, comercialização e consumo buscam fortalecer e estruturar o processo de forma solidária, incentivando a autogestão e a sustentabilidade, bem como garantindo recursos públicos para a implementação destes projetos. Isso deve ser feito como a implementação do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SCJS) e estímulos a organizações baseadas em agroecologia, tecnologias sociais e na Política Nacional de Resíduos Sólidos<sup>30</sup> (PNRS), ao mesmo tempo que estimula o fortalecimento de empreendimentos solidários com mulheres, das áreas rurais e urbanas, e o consumo consciente.

Com o intuito de auxiliar o crédito e as finanças solidárias, pretende-se organizar e estimular o Sistema de Finanças Solidárias com regulamentação própria e auxílio institucional, além da abordagem de propagação territorial. Outro objetivo é a criação de Fundos Rotativos Solidários, em perspectiva comunitária, municipal, territorial, feito com a receita pública advinda dos Estados e Municípios, com os Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação dos Municípios (FPM), gerido pela sociedade civil e com participação dos empreendimentos solidários.

Para a educação e autogestão, almeja-se elaborar uma Política Nacional de Educação em Economia Solidária, que contemple diferentes necessidades segmentares, assim como a disseminação e desenvolvimento das tecnologias sociais e as práticas da autogestão. O objetivo do plano é incluir a economia solidária no sistema de ensino brasileiro em todas as modalidades e difundir o Projeto Político Pedagógico de Educação em Economia Solidária, buscando integrar a sociedade civil e a as políticas públicas, tal como os integrantes de coletivos de educadores em realidades urbanas, rurais e povos tradicionais (SOLIDÁRIO, 2015).

---

<sup>30</sup> Instituída pela Lei nº 12.305/10, ela prevê a prevenção e redução da geração de resíduos sólidos, com a prática de consumo sustentável, aumento da reciclagem e da reutilização de resíduos (possuem valor econômico e podem ser reciclados ou reaproveitados), assim como o descarte em local adequado dos rejeitos (resíduos que não podem ser reutilizados ou reciclados). Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/pol%C3%ADtica-de-res%C3%ADuos-s%C3%ADlicos> >. Acesso: 2 jan. 2017

Na perspectiva do Ambiente Institucional, o propósito é desenvolver um ambiente jurídico e institucional que permita um fortalecimento da economia solidária e considere suas especificações e diversidades, garantindo a formalização dos empreendimentos solidários, e suas peculiaridades. Igualmente objetivando compor no planejamento orçamentário, o fomento à economia solidária e apoio à produção e comercialização.

O Plano traz uma visão estratégica e detalhada dos projetos e programas públicos, da mesma forma que apresenta as linhas de operacionalização, buscando contribuir para o crescimento da economia solidária no Brasil, de forma igualitária.

### 2.1.3 Observatório de Economia Solidária e do Cooperativismo

O ONESC é um órgão de coleta de informações, estudos e análises, direcionado pelos problemas observados pelos atores sociais, estudiosos, conselheiros e gestores públicos que estão inseridos no desenvolvimento da economia solidária brasileira. O ONESC foi criado objetivando ampliar a divulgação e reconhecimento da economia solidária. É um trabalho realizado em parceria com o SIES, MTPS e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), tendo se iniciado em 2015, com planos de desenvolvimento até 2019.

Sua principal estratégia é intercalar o conhecimento e experiência dos agentes solidários, sejam eles pesquisadores ou trabalhadores, para que as informações coletadas possam ser usadas entre usuários e produtores de informação, gerando um espaço técnico de formulação de indicadores e diálogo sobre os resultados alcançados, além de buscar propostas alternativas que alcancem as dissonâncias observadas. Isso é feito tentando direcionar a coleta de informações para as demandas da economia solidária, tendo visto que existem políticas em outros departamentos que poderiam abranger a prática solidária, não sendo uma realidade ainda por dispersão de informações. Também tende a organizar as informações coletadas por áreas específicas da economia solidária, sendo então uma ferramenta de versatilidade de informações e pesquisa sobre as temáticas da prática solidária.

O ONESC é, fundamentalmente, uma ferramenta de apoio ao movimento de economia solidária, e seu objetivo é dar visibilidade e subsidiar a produção de conhecimento no campo solidário, visando tanto as políticas públicas como os processos de organização socioeconômica. Ele também articula uma rede de instituições de pesquisa, entidades e

organizações, que lidam com economia solidária e possibilitam a produção coletiva e colaborativa de conhecimento, objetivando fortificar a economia solidária no Brasil.

Os dados estão alinhados no portal do Observatório, sobre um sistema de informações geográficas, incluindo especialização e georreferenciadas<sup>31</sup> em um plano de mapas, e também em formato de tabelas com diversos indicadores. Ele se organiza pelo *software* livre (i3GEO) criado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), buscando processar e divulgar dados geográficos. As informações foram agrupadas em três grupos referenciais: empreendimentos de economia solidária - a proposta é organizar as informações contidas no banco de dados da SIES, sobre quem são, como se organizam, o que produzem, como vendem, onde estão e outros fatores; cooperativismo e associativismo popular - com informações de organizações associativa ou cooperativa de segmentos específicos, não se encontram na base do SIES, pois não se enquadra completamente na economia solidária, mas apresentam um campo possível de articulação; e território e economia solidária - busca conhecer as localidades onde os empreendimentos da economia solidária se encontram. O portal do observatório também traz os dados divididos por estados, grandes regiões e municípios.

#### 2.1.4 O Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária

O SIES<sup>32</sup> compõe um banco de dados sobre a economia solidária, que auxilia na compreensão do perfil dos agentes solidários e dos empreendimentos da economia solidária, que geram renda e trabalho, dentro do território nacional. Desta forma, “O SIES não é um Censo da Economia Solidária e nem uma pesquisa com base em amostra estatística” (SILVA, 2010, p.13), é uma base de dados coletados numa gestão participativa<sup>33</sup> entre o MTE, as

---

<sup>31</sup> O georreferenciamento é uma técnica de vinculação de registros de um banco de dados por regiões geográficas específicas, como municípios, UFs, áreas de proteção ambiental ou de desenvolvimento econômico, entre outros (SOCIOECONÔMICOS, 2016).

<sup>32</sup> A Portaria Ministerial número 30, de 20 de Março de 2006, do Ministério do Trabalho e Emprego, institucionalizou o SIES, reconhecendo e consolidando os objetivos e funcionamento do Sistema. A Portaria estabelece no Anexo I, Item 4, Letra “c”, que uma das diretrizes do SIES é a “participação de representações dos principais atores da economia solidária (empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio, assessoria e fomento e gestores públicos) no processo de implementação e disseminação do SIES” (SILVA, 2010, p.11).

<sup>33</sup> “O modelo de gestão participativa é consolidado com a constituição e reconhecimento das 27 Comissões Gestoras Estaduais e de uma Comissão Gestora Nacional com representantes governamentais e da sociedade civil” (SILVA, 2010, p.11).

universidades, as representações dos fóruns estaduais, outros órgãos governamentais e movimentos sociais da economia solidária. Seus dados são usados para determinar quais políticas públicas serão realizadas de forma específica por território e sendo baseadas no programa de economia solidária em desenvolvimento da SENAES.

A SIES busca estipular seu público alvo delimitando o que se espera de um empreendimento solidário, ou seja, para ser considerado parte da economia solidária as organizações coletivas devem ser formadas por trabalhadores que realizem autogestão de forma permanente e contínua. Desta forma, percebeu-se que estes empreendimentos são formados majoritariamente por trabalhadores das camadas sociais de baixa renda, desempregados ou em vias de desemprego, trabalhadores informais ou subempregados, além dos empobrecidos (SILVA, 2010).

Os dados dispostos no SIES são coletados no Mapeamento de Economia Solidária brasileiro, que divide as informações em Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento (EAF). O principal objetivo do mapeamento é construir uma base nacional de informações de economia solidária, assim gerando uma visibilidade dos empreendimentos solidários, estimulando as pesquisas e as políticas públicas, além do fortalecimento desta economia e da preparação de um marco jurídico. O primeiro mapeamento ocorreu em 2005, com o registro de 18 mil empreendimentos, sendo complementado em 2007, totalizando o registro de quase 22 mil empreendimentos em território nacional. O segundo mapeamento ocorreu nos anos de 2009-2013, englobando as EES, as EAF e as políticas públicas voltadas à economia solidária (PPES).

Este banco de dados nos permite ter acesso a um Atlas Digital composto apenas pelo universo da economia solidária brasileira, no qual tem-se um retrato da realidade brasileira da economia solidária. Sendo assim, é possível perceber as potencialidades e limites enfrentados pelas EES, EAF e PPES, como: a inclusão social e geração de trabalho e renda, a construção de redes de comércio e consumo justo.

#### 2.1.5 O Fórum Brasileiro de Economia Solidária

O FBES é um local de diálogo da sociedade civil, composto pelos agentes econômicos solidários e os movimentos sociais de economia solidária, buscando construir uma base política e econômica para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Sua

estrutura parte dos segmentos de economia solidária, ou seja, os EES, EAF e Gestores Públicos (Rede GP), que dialogam entre si e levam para as instâncias constituintes.

As instâncias constituintes, assim como a lógica da economia solidária, partem do local para o nacional. O processo democrático inicia-se com os fóruns locais, passando para os fóruns estaduais, posteriormente para os fóruns macroregionais e, por fim, para o fórum brasileiro. Dentro destas instâncias, a deliberação máxima é feita na plenária nacional com 96 agentes solidários, compostos pelas EAFs, EESs e GP abrangendo todas as Unidades Federativas. A Coordenação Executiva Nacional, que interliga os movimentos sociais, as instituições privadas e públicas, a gestão política do cotidiano e acompanha o trabalho da SENAES, é composta por 13 pessoas, sendo formado por representantes de todas as macrorregiões brasileiras, das EESs, EAFs e GP.

A Coordenação Nacional auxilia a coordenação executiva e delibera em última instância as decisões políticas, administrativas e operacionais do FBES, sendo composta por 12 representantes, divididos em três por estado: duas EESs e uma entidade de apoio local, sendo que os membros têm que comprovar que atuam em no mínimo sete fóruns estaduais, mais a os indicados pela rede de gestores, com dois representantes por região e dois representantes nacionais.

O objetivo do FBES é organizado em duas frentes prioritárias, primeiramente:

Representação, articulação e incidência na elaboração e no acompanhamento de políticas públicas de economia solidária e no diálogo com diversos movimentos sociais, se inserindo nas lutas e nas reivindicações sociais sem perder seus princípios e sua autonomia. (SECRETARIA EXECUTIVA FBES, 2012).

Isso é feito mediante a participação ativa do movimento de economia solidária, em comitês, grupos de trabalho e no Conselho Nacional de Economia Solidária, propondo e construindo políticas públicas. O segundo é “Apoio ao fortalecimento do movimento de economia solidária a partir das bases. ” (SECRETARIA EXECUTIVA FBES, 2012). Desta forma, o FBES trabalha fomentando e estimulando o movimento social de economia solidária, junto à sociedade civil.

## 2.2 MAPEAMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: INTERAÇÕES ECONÔMICAS

No Brasil existem dois órgãos que trabalham com dados estatísticos da Economia Solidária, a SIES - responsável pela coleta e tabulação dos dados - e o ONESC - responsável pela análise e tabulação dos dados. O II Mapeamento Nacional da Economia Solidária (2009-2013), disponível no atlas digital da SIES, coletou informações de aproximadamente 20 mil EES, representando uma grande pesquisa social de conhecimento da economia solidária brasileira.

Os dados do segundo mapeamento<sup>34</sup> possibilitaram a percepção da economia solidária nacional sobre algumas óticas, contando também com os dados disponíveis no ONESC, é possível observar as características territoriais das macrorregiões, com o auxílio de indicadores econômicos, como o Produto Interno Bruto (PIB)<sup>35</sup>, e sociais, como o Desemprego Formal.

Observando simplesmente a concentração de empreendimentos por regiões macroeconômicas, tem-se um panorama de como a economia solidária se distribui no Brasil, sendo perceptível claramente uma liderança na região nordeste, seguida pela região sul e sudeste com pequenas diferenças entre elas, conforme ilustrado no gráfico 1. Este destaque instiga a analisar a relação da região Nordeste com as outras regiões, tendo visto seu passado de importantes inversões para a formação economia brasileira<sup>36</sup>.

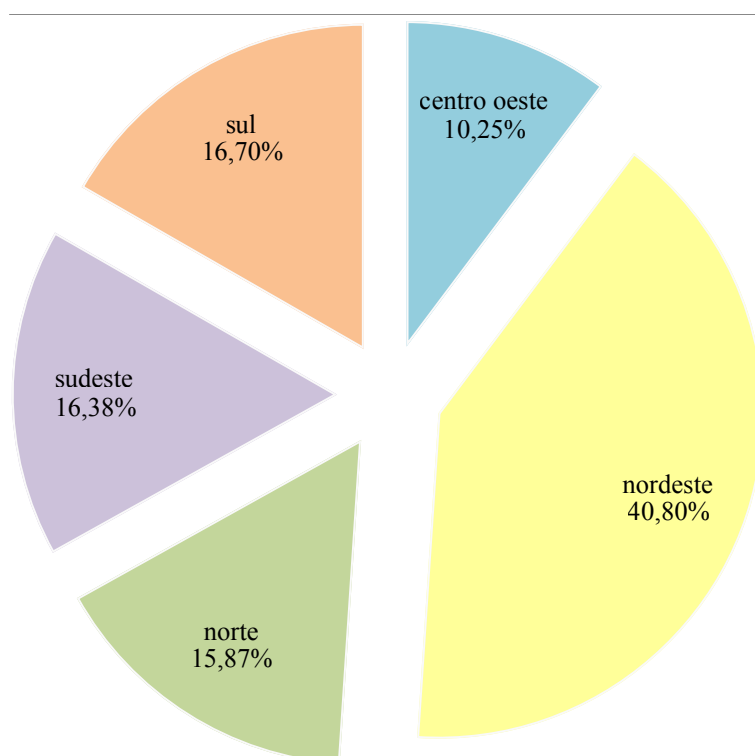
---

<sup>34</sup> Devido a serem os dados mais recentes (2009 - 2013), e serem disponibilizados no Atlas Digital pela Sies.

<sup>35</sup> O cálculo do PIB leva em conta produtos finais, serviços, investimentos e gastos do governo de toda atividade economia daquela região, seja ela, fruto de economia solidária ou não.

<sup>36</sup> Segundo Furtado (2005), a região nordeste é marcada por uma importante participação em dois ciclos econômicos: do açúcar e da pecuária. Sua atrofiação se inicia no final do século xvii ao começo do século xix, com o declínio secular da renda *per capita* da população, e o fim do ciclo açucareiro e a incapacidade de manutenção da economia de criação, devido à falta de demanda vinculada a produção do açúcar. Iniciasse então uma economia de subsistência, fortemente interiorana devido ao processo migratório sofrido na decadência do mercado açucareiro, presente até os dias de hoje.

Gráfico 1 - Concentração dos Empreendimentos Solidários segundo as regiões macroeconômicas - 2009-2013



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do SIES/SENAES.

Tabela 1 - Área de Atuação do Empreendimento segundo as regiões macroeconômicas - 2009-2013

Local	Rural	Urbana	Rural e urbana	Nº EES
<b>Centro-oeste</b>	1.082	670	269	2.021
<b>Nordeste</b>	5.804	1.554	682	8.040
<b>Norte</b>	1.566	1.270	290	3.127
<b>Sudeste</b>	959	1.970	299	3.228
<b>Sul</b>	1.382	1.392	518	3.292
<b>Total</b>	10.793	6.856	2.058	19.708

Fonte: Extraído da SIES/SENAES.

Quando os dados são vistos pelas áreas de atuação do empreendimento, detalhado na tabela 1, observa-se que a zona rural é discrepante em sua maioria em quanto comparada à zona urbana e zona rural e urbana. Tendo novamente destaque, a região nordeste apresenta maioria absoluta de empreendimentos rurais, sendo ultrapassada em EES urbanas apenas pela região Sudeste. Estes números reafirmam a formação econômica nordestina, em seu caráter rural e de menor urbanização quando comparado às outras regiões, como pode ser observado mais detalhadamente no mapa do apêndice A. O Sudeste, novamente, apresenta números similares à região Sul, todavia nesta ótica de atuação dos empreendimentos na zona urbana, supera as demais regiões.

Tabela 2 - Atividades Econômicas Realizadas pelos Empreendimentos segundo as macrorregiões - 2009-2013

Local	Troca de produtos ou serviços	Produção ou produção e comercialização	Comercialização ou organização da comercialização	Prestação do serviço ou trabalho a terceiros	Poupança, crédito ou finanças solidárias	Consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios	Nº EES	%
<b>Centro-oeste</b>	81	1.239	279	106	8	308	2.021	10,25
<b>Nordeste</b>	174	3.987	497	445	177	2.760	8.040	40,77
<b>Norte</b>	97	2.435	168	240	20	167	3.127	15,91
<b>Sudeste</b>	31	1.642	869	265	25	396	3.228	16,37
<b>Sul</b>	47	1.778	815	240	98	314	3.292	16,70
<b>Total</b>	430	11.081	2.628	1.296	328	3.945	19.708	100
<b>%</b>	2,2	56,22	13,33	6,58	1,66	20,01	100	

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do SIES/SENAES.

Em consonância com as informações aprestadas acima, ao analisar os dados pela perspectiva das atividades econômicas realizadas pelos empreendimentos em um recorte macrorregional, percebe-se que as EES se concentram majoritariamente na área de produção ou produção e comercialização. Novamente, tendo o Nordeste com a liderança absoluta dos



empreendimentos de produção. Sendo seguido pelo Sul e Sudeste com números muito similares, detalhados na tabela 2.

Outra interessante composição dos dados é a distribuição das EES na região Sudeste, sendo esta a terceira maior fomentadora de empreendimentos solidários, ela também apresenta liderança em comercialização ou organização da comercialização nacional. Mesmo apresentando a menor concentração em trocas de produtos ou serviços, representa uma parcela significativa da economia solidária. Quando observada no panorama nacional, é a segunda maior representante de consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios, setor este que sozinho representa 20,01 % dos empreendimentos.

Tabela 3 - PIB, Desemprego Formal, Nº EES segundo as regiões macroregional - 2013

<b>Local</b>	<b>Produto Interno Bruto (PIB)</b>	<b>Número de Trabalhadores Beneficiários do Seguro-Desemprego Formal</b>	<b>Nº EES</b>
<b>Centro-oeste</b>	484.614,62 (9,12%)	696.786 (8,10%)	2.021 (10,25%)
<b>Nordeste</b>	722.809,15 (13,60%)	2.003.400 (23,27%)	8.040 (40,77%)
<b>Norte</b>	292.341,73 (5,50)	753.672 (8,75%)	3.127 (15,91%)
<b>Sudeste</b>	2.938.538,84 (55,27%)	3.878.301 (45,05%)	3.228 (16,37%)
<b>Sul</b>	878.149,62 (16,51%)	1.275.965 (14,83%)	3.292 (16,70%)
<b>Total</b>	5.316.453,95 (100%)	8.608.124 (100%)	19.708 (100%)

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do ONESC.

Quanto ao número de EES, o PIB e o Desemprego Formal, observados conjuntamente, como na tabela acima, percebe-se uma relação instigante no comportamento destes indicadores nas regiões Nordeste e Sudeste. O Sudeste sozinho é responsável por mais da metade do PIB Nacional (55,27%), concentra a maioria dos beneficiários do Desemprego Formal (45,05%) e apenas 16,37% dos empreendimentos solidários, perdendo neste quesito apenas para o Sul. Enquanto o Nordeste contribui com a terceira maior parcela do PIB Nacional (13,60%), possui uma parcela significativa dos beneficiários do Desemprego Formal

(23,27%) e é líder na concentração de empreendimentos solidários (40,77%). Fazendo este panorama para todas as macrorregiões, percebe-se uma relação entre a posição da região em número de trabalhadores beneficiários do seguro desemprego formal, composição de empreendimentos e PIB.

Esta interação entre os indicadores intriga sobre o que motiva a criação de um empreendimento solidário, e ao observar os dados da tabela 4, percebe-se que as quatro principais razões compõem mais da metade das motivações (53,82%) para a criação dos empreendimentos. Sendo que dentre estes, os dois principais motivos são a busca por uma fonte complementar de renda para os (as) associados e uma alternativa ao desemprego, permitindo então fazer uma associação com o número de trabalhadores beneficiados do seguro desemprego formal com a criação dos empreendimentos econômicos.

Tabela 4 - Motivos que levam a criação do EES (Múltiplas escolhas possíveis por empreendimento) Brasil - 2009- 2013

<b>Motivações</b>	<b>Total</b>	<b>% acumulado</b>
<b>Uma fonte complementar de renda para os (as) associados (as)</b>	9.624	14,71
<b>Uma alternativa ao desemprego</b>	9.106	28,62
<b>Obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo</b>	8.471	41,56
<b>Desenvolvimento de uma atividade onde todos (as) são donos (as)</b>	8.024	53,82
<b>Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades</b>	5.646	62,44
<b>Condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios</b>	4.130	68,75
<b>Motivação social, filantrópica ou religiosa</b>	3.801	74,56
<b>Alternativa organizativa e de qualificação</b>	3.160	79,39
<b>Incentivo de política pública (governo)</b>	3.113	84,14
<b>Possibilidade de atuação profissional em atividade econômica específica</b>	2.828	88,46
<b>Fortalecimento de grupo étnico</b>	1.912	91,38

<b>Outro</b>	1.890	94,26
<b>Produção ou comercialização de produtos orgânicos ou ecológicos</b>	1.607	96,71
<b>Organização econômica de beneficiários de políticas públicas</b>	1.510	99,11
<b>Recuperação de empresa privada que faliu ou em processo falimentar</b>	601	100

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do SIES/SENAES.

Todas as ponderações feitas trazem a luz os ramos, territórios e características sociais assim como econômicas em que a economia solidária melhor se desenvolve. Quando estes dados são comparados com os indicadores econômicos convencionais, percebe-se que a região brasileira mais proeminente não se encontra tão bem inserida na economia solidária. Ao observar os dados motivacionais da criação de empreendimentos solidários, percebe-se uma predominância por alternativa ao desemprego e busca por renda complementar, o que justifica a expansão destas EES na região Nordeste, mas contraria o comportamento na região Sudeste, podendo ser justificado pela estrutura bem consolidada da economia capitalista nesta região, como visto na representação do PIB Nacional. Sendo assim, o maior polo de EES se concentra no Nordeste, uma região pouco estimulada pela economia convencional e que tem apresentado potencial para o desenvolvimento da economia solidária.

### 2.3 A INTERAÇÃO ENTRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA E O CONSUMO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Dentre as atividades que compõem o mapeamento de economia solidária consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios não se destaca especificamente em nenhuma das cinco macrorregiões brasileiras, todavia, ela compõe 20,02% das EES nacionais, representando uma parcela significativa da economia solidária brasileira. Olhando estes mesmo dados inicialmente para a região Sudeste com um recorte pelas unidades federativas (UF), e posteriormente observando mais detalhadamente para o estado do Rio de Janeiro (RJ) em suas microrregiões, pode-se perceber divergências sensíveis (tabela 5 e 6).

Tabela 5 - Atividades econômicas realizadas pelos empreendimentos segundo a macrorregião: Sudeste - 2009-2013

Local	Troca de produtos ou serviços	Produção ou produção e comercialização	Comercialização ou organização da comercialização	Prestação do serviço ou trabalho a terceiros	Poupança, crédito ou finanças solidárias	Consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios	Nº EES
<b>Espírito Santo</b>	6	192	96	39	8	231	572
<b>Minas Gerais</b>	13	796	166	76	11	126	1.188
<b>Rio de Janeiro</b>	6	200	67	25	0	3	301
<b>São Paulo</b>	6	454	540	125	6	36	1.167
<b>Total</b>	31	1.642	869	265	25	396	3.228
<b>%</b>	0,97	50,87	26,93	8,20	0,77	12,26	100

Fonte: Extraído da SIES/SENAES.

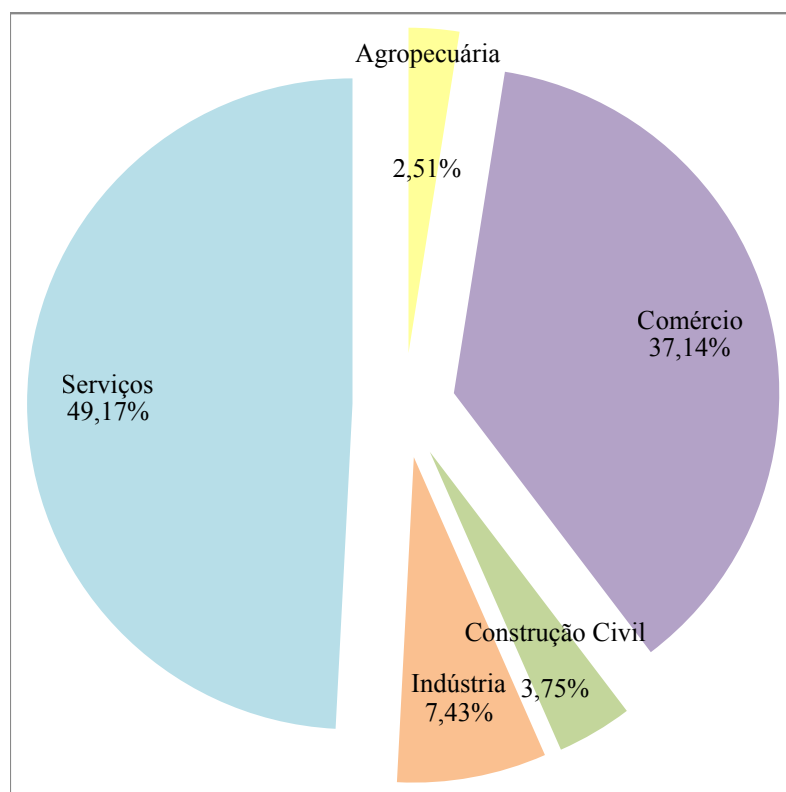
Tabela 6 - Atividades econômicas realizadas pelos empreendimentos segundo as microrregiões do estado do Rio de Janeiro - 2009- 2013

Local	Troca de produtos ou serviços	Produção ou produção e comercialização	Comercialização ou organização da comercialização	Prestação do serviço ou trabalho a terceiros	Poupança, crédito ou finanças solidárias	Consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios	Nº EES
Bacia de São João (RJ)	0	1	0	0	0	0	1
Baía da Ilha Grande (RJ)	0	0	3	1	0	0	4
Barra do Pirai (RJ)	0	4	2	0	0	0	6
Campos dos Goytacazes (RJ)	0	2	0	1	0	0	3
Itaguaí (RJ)	0	9	2	0	0	0	11
Itaperuna (RJ)	0	1	0	0	0	0	1
Lagos (RJ)	0	0	1	0	0	0	1

Macacu-caceribu (RJ)	0	2	0	0	0	0	2
Macaé (RJ)	0	1	0	0	0	0	1
Nova Friburgo (RJ)	0	0	3	0	0	0	3
Rio de Janeiro (RJ)	3	142	35	19	0	2	201
Santa Maria Madalena (RJ)	0	1	0	0	0	0	1
Serrana (RJ)	2	13	19	1	0	1	36
Vale do Paraíba Fluminense (RJ)	1	24	2	3	0	0	30
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>200</b>	<b>67</b>	<b>25</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>301</b>

Fonte: Extraído da SIES/SENAES.

Gráfico 2 - Número de Estabelecimentos Formais por Grande Setor de Atividade Econômica, segundo o estado do Rio de Janeiro (UF) - 2013



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do ONESC.

Quando os dados são apresentados para a região Sudeste, a perspectiva de consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios altera sua significância econômica passando a representar 12,26% da economia solidária da região, tendo o Espírito Santo como a sua principal referência, com 58,33% de participação neste setor. O Rio de Janeiro apresenta a menor participação, apenas 0,76% do setor e quando visto perante os números do estado a elevação é pouco sensível, representado 1% da economia solidária da região. Uma realidade instigante, pois o estado fluminense tem sua concentração majoritária de estabelecimento formais em serviço e comércio (86,28% acumulado, gráfico 2) desta forma, aparenta ter uma vocação regional para a área, o que não perpassa para a prática de economia solidária.

Ao serem observados os dados por uma perspectiva de microrregiões, percebe-se que o consumo está presente apenas na região do Rio de Janeiro<sup>37</sup> e Serrana<sup>38</sup>, não sendo capaz de ultrapassar a mesorregião metropolitana (RJ). Se as microrregiões forem observadas pelo número de estabelecimentos formais de setores da Atividade, para o ano de 2013, segundo a ONESC, a região Campos dos Goytacazes<sup>39</sup> (RJ) apresenta 3.333 no setor de serviços e 4.800 no setor de comércio, não possuindo nenhum empreendimento de consumo, enquanto a região Serrana, com 4.926 no setor de serviços e 4.722 no setor de comércio, apresenta um empreendimento nesta área. Estes dados mostram similaridades nos setores de especializado das regiões, não tornando visível o motivo do desenvolvimento de empreendimentos voltados para o consumo em uma delas. Uma possível explicação para a proliferação do empreendimento em uma das regiões em detrimento da outra, pode ser entendido pelos tipos de consumo praticados.

---

<sup>37</sup> Composta pelos municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Queimados, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti e Tanguá.

<sup>38</sup> Composta pelos municípios: Petrópolis, Teresópolis e São José do Vale do Rio Preto.

<sup>39</sup> Composta pelos municípios: Campos dos Goytacazes, Cardoso Moreira, São Fidélis, São Francisco do Itabapoana e São João da Barra.

### CAPÍTULO 3 - CONSUMO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

O que diferencia um indivíduo de outro? O que faz uma pessoa interagir com um grupo específico? Além da resposta clássica das características físicas, formação social e afinidade, a forma como um ser humano interage com o mundo é extremamente demarcada pelos seus hábitos de consumo. A sua identidade, que o faz único, é medida socialmente pelo que ele reproduz, pelas ideias que defende, pelo que ele representa e principalmente pelo que aparenta perceber a partir do consumo. Portanto, a importância de consumir transcendeu a simples troca de mercadorias, o capitalismo é um parâmetro civilizacional único em que “a relação entre consumo e identidade constitui a chave para compreendermos a força simbólica dos conceitos disseminados pela comunicação das marcas - estejamos falando de vestuário, alimentação, moradia, lazer, experiências culturais” (SANTOS, 2015, p.5).

O consumo estimula a produção e a demanda, podendo ser uma importante ferramenta de manutenção de experiências locais, ou o propulsor de seus desequilíbrios, ou seja, é a partir das demandas globais de produção de bens (desejos de consumo) que a geopolítica se organiza. Este equilíbrio geográfico é elaborado baseado nos recursos naturais e nas escalas de produção que uma determinada localidade pode oferecer, sem se importar com as condições locais ali já instauradas, sendo estas constantemente marginalizadas, excluídas e desestruturadas. Tudo isso para manter os lucros altos e a “era do consumo”, que vive-se na atualidade, sem se importar com os custos sociais e ambientais que isso vem causando (SANTOS, 2015).

Segundo Santos (2015), o impacto da estrutura do consumo vai além da esfera da produção, como já mencionado anteriormente. Ele é responsável por uma distinção social que fomenta e mantém uma hierarquia, a qual é manipulada e estruturada baseando-se nos atos de consumo da classe dominante, ou seja, eles estipulam o que é belo e adequado para moldar o próprio gosto dos indivíduos sendo capazes assim de coordenar suas posições e papéis sociais. “Nestes termos, o discurso do consumo, amparado pela publicidade e por uma estética moderno-ocidental que lhe é subjacente, faz circular representações hierarquizantes de gênero, classe, raça e sexualidade” (*Ibid*, p.12).

Desta forma, percebe-se que o consumo, seja pela ótica da produção como pelo do consumidor, tem uma função dinâmica no modelo econômico vigente. E, quando observada a

sua interação social com os indivíduos, nota-se que o mesmo vai muito além de um aspecto econômico, moldando toda a realidade social presente. Este capítulo aborda as interações sociais do consumo, com um olhar atento para as práticas de consumo alternativas, suas experiências na economia convencional, com grupos de consumo responsável e a percepção dos consumidores do Projeto Sabores da Terra.

A primeira seção apresenta as repercussões do consumo na esfera social, como este se desenvolve para além da esfera econômica, se estruturando dentro da economia capitalista como um importante mecanismo econômico. Também atento aos seus impactos ambientais e à busca contínua da sociedade por tipos de consumo alternativo, assim como sua importância para a construção de economias diferentes, como a economia solidária.

A segunda seção mostra a realidade de alguns grupos de consumo responsável brasileiros que foram mapeados pelo Instituto Kairos. Este levantamento permitiu observar minuciosamente a estrutura destas experiências, como os motivos e estímulos que levaram a criação do grupo, a forma de organização e desafios enfrentados e o perfil dos consumidores participantes. Sendo um excelente ponto de partida para a análise que será realizada no caso específico da próxima seção.

A terceira seção traz o Projeto Sabores da Terra, que integra os pesquisadores, estudantes, agricultores e representantes de cooperativas da região em uma experiência diferente de agricultura baseada nos princípios da agroecologia. A sua principal iniciativa é a Cesta Sabores da Terra, um canal de comercialização alternativo, que valoriza a produção sustentável praticada pelos agricultores familiares de Campos dos Goytacazes. Mostrando como é a interação, os hábitos de consumo e as motivações que os participantes têm dentro de uma experiência de consumo responsável. Sendo capaz de apresentar como diferentes perfis de consumidores, lidam com o preço e a sua importância para a realização de um consumo consciente.

### 3.1 AS REPERCUSSÕES SOCIAIS E ECONÔMICAS DO CONSUMO



O papel do consumo na sociedade contemporânea ultrapassa o simples ato de venda e compra que se mostra presente e perceptível, existindo muitas outras facetas não tão singelas e notáveis neste processo. “O consumo ocupa hoje um lugar de tal modo central na vida cotidiana que disputa com o trabalho o papel de eixo motriz na construção das identidades” (SANTOS, 2015, p. 3). O ato de consumir já não se resume a somente mercadorias tangíveis. A todo instante, em pequenas porções, a sociedade está consumindo ideais, seja na escolha de um estilo musical, a decisão por uma determinada comida ou na forma como observa o mundo, consumindo-se um estilo de vida, seja ele pré-moldado ou não. A partir do consumo, as pessoas interagem socialmente, demonstrando afeto, raiva, angustia, ansiedade e desejo, assim elaborando suas mediações sociais no cotidiano (SANTOS, 2015).

Para Kanan (2011), a sociedade pós-moderna pode ser vista como uma era do consumo, em que a globalização se propaga como força motriz deste processo, assim “transformando o mundo em uma espécie de supermercado global em que muitas vezes as culturas locais são solapadas acabando por uniformizar as subjetividades em torno do consumo” (SANTOS, 2006, p. 79 *apud* KANAN, 2011, p. 610). Nesta perspectiva social, os consumidores, indivíduos que possuem gostos e impressões comportamentais distintas, são impulsionados e moldados por suas redes de relacionamento a consumir de determinada forma, priorizando alguns produtos e valores em detrimento de outros. Desta forma,

Não raro, o consumidor é cerceado, abalroado, induzido pela lógica do consumo que o espreita como um consumidor permanente, que reduz sua autonomia, e que entrega os menos críticos à total passividade, conformismo e à incapacidade de decidir livremente (KANAN, 2011, p.611).

De acordo com Kanan (2011), esta interação social com o consumo já se encontra insustentável para o meio ambiente. A forma inconsequente da utilização dos recursos materiais, os excessos do consumo e o despejo de resíduos na natureza sem tratamento adequado, tornam inviável a sobrevivência humana com a manutenção deste modelo econômico e social. Logo, quando os indivíduos defendem um consumo consciente, ao negarem produtos realizados com exploração do trabalhador, estimulam padrões diferentes de consumo que venham a desestabilizar os moldes da sociedade do consumo. Pois o consumo não engloba apenas atividades econômicas e sociais, mas também é uma representação ética e política da sociedade, sendo assim

Trata-se de um exercício de poder pelo qual efetivamente podemos apoiar a exploração de seres humanos, a destruição progressiva do planeta, a concentração de riquezas e a exclusão social ou contrapor-nos a esse modo lesivo de produção, promovendo, pela prática do *consumo solidário*, a ampliação das liberdades públicas e privadas, a desconcentração da riqueza e o desenvolvimento ecológica e socialmente sustentável (MANCE, 2005, p. 6).

Como Mance (2005), Santos (2015) e Kanan (2011) mostram, o papel do consumo na sociedade é complexo e em constante variação baseado nos atos dos agentes econômicos. Pode-se perceber que ele sustenta, em conjunto com o trabalho, a estrutura da sociedade contemporânea e, portanto, um instrumento indispensável na construção de alternativas econômicas. Assim como o sistema convencional, a sociedade do consumo está sendo repensada e revista, levando a práticas de consumo alternativas, como o consumo consciente, solidário e responsável, que inspiram uma cooperação entre desenvolvimento e meio ambiente.

O consumo alternativo se propõe a apresentar à sociedade outros saberes, outras formas diversificadas de produzir, de conviver com diferentes ritmos e valores, a romper com a estrutura social mantida e elaborada pela hierarquização social, exaltando as diferenças e construindo uma nova visão social da produção e consumo. Consumo e produção estruturam uma lógica de desvalorização progressiva dos bens que guia todo o modelo econômico para uma perda do valor de uso da mercadoria, já que os bens passam a ser demandados por razões criadas como uma ineficiência programada e desejos instigados pela moda (SANTOS, 2015).

Este relacionamento danoso entre produção e consumo está diretamente vinculado ao capitalismo. Portanto, quando se observa os modelos econômicos vigentes anteriormente, percebe-se relações bem diferentes de interação nestas cadeias, por exemplo a dimensão coletiva, que é desenvolvida de forma a gerar reciprocidade e uma preocupação com o social, o que não é habitual na economia capitalista. Todavia o que é incomum pode se tornar realidade. Um exemplo tangível são os movimentos de consumo colaborativo, que ao mesmo tempo olham para o passado buscando estímulos e experiências, mantendo suas características ímpares de sociedade contemporânea, tornando assim um elo entre o consumo consciente, o modelo econômico atual e as experiências do passado (SANTOS, 2015).

Uma comunidade produtiva pode ser desenvolvida para estimular um consumo não associado aos parâmetros capitalistas, ou seja, pode surgir de uma necessidade daqueles que não possuem renda para demandar no mercado convencional, pois não são capazes de se

incluir nele. Quando unidos (os excluídos) numa lógica coletiva de produção, passam a garantir o consumo básico de sua comunidade, além de gerar trabalho e renda para os associados, criando assim um consumo solidário local, pois, com uma produção justa e igualitária, é possível desenvolver a região, mantendo assim as riquezas da comunidade e não causando um processo de empobrecimento na mesma (KANAN, 2011).

Os defensores da economia solidária propõem que, por meio do trabalho sustentado por esse modelo, as pessoas podem construir identidades sociais, usufruir inserção e valorização pessoal, consumir de acordo com suas necessidades e reconhecerem-se como sujeitos de sua própria existência (KANAN, 2011, p. 614).

A economia solidária faz parte do movimento que busca o desenvolvimento sustentável, sendo um dos modelos que propõe uma interação mais consciente nas cadeias logísticas de produção. Um destes ramos de reorganização é o consumo, o qual se propõe ser estimulado levando em consideração o bem viver pessoal e da comunidade, evitando assim os excessos e desenvolvendo uma real identidade. Este consumo solidário também apresenta uma essência coletiva, não de uma forma compartilhada, mas sim preocupada em gerar consumidores responsáveis por seus hábitos e que desenvolvam a lógica de consumir apenas o necessário, sem desperdícios, priorizando produtos que não envolvam exploração de trabalhadores e nem prejudiquem o meio ambiente (KANAN, 2011).

A noção de consumo consciente é difusa na sociedade contemporânea, ao mesmo tempo que existem pessoas preocupadas com as consequências do atual consumo desenfreado para o meio ambiente e a sociedade civil. Existe também o lado publicitário, em que acreditar em causas ambientais lhe garante aderência no mercado. Portanto, criou-se consumidores mais preocupados em participar do ecologicamente correto do que em entender porque isso é o certo. Estas pessoas acreditam que ao consumir um produto com selo de comércio justo estão sendo consumidores responsáveis, sem levar em conta as inúmeras cadeias produtivas que estão envolvidas no processo, desconsiderando as vezes que seria muito menos danoso produzir e consumir localmente, o que leva a refletir que estes mesmos consumidores por muitas vezes não se esquecem de questionar quais foram os critérios utilizados para a obtenção desta certificação, acreditando fielmente em campanhas publicitárias e rótulos de embalagem, sem se preocupar se realmente estão “fazendo a diferença” em consumir este produto em detrimento de outro (SANTOS, 2015).

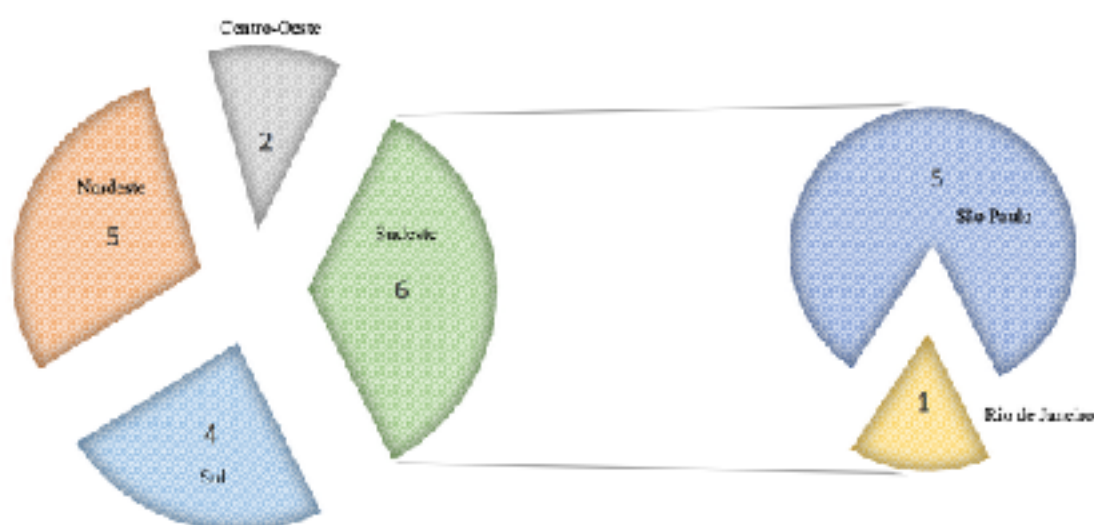
Mantendo-se no mesmo autor, pensar em consumo consciente implica perceber que o consumo não é um ato individual, como somos levados a crer. Ele é construído socialmente pelas classes dominantes. Aparentemente, o excesso não é considerado o único problema, existindo, ainda, outras esferas como a produção – parte indissociável do processo que também tem de ser questionada e revista. Mas não se pode esquecer da percepção política de toda a cadeia que engloba muito mais que consumo e produção, já que estes são orquestrados por fluxos de poder que decidem o que vai ser ofertado e demandado, atrofiando o desenvolvimento de algumas regiões enquanto estimula o de outras.

Isto posto, percebe-se que tratar de consumo e suas repercussões sociais e econômicas não é tarefa para uma única ciência, tendo visto sua estrutura complexa e dinâmica. Percebe-se que a desvinculação da formação do consumo dentro da sociedade contemporânea é um processo lento, mas possível. A mesma está sendo realizada com os consumos alternativos, que teriam seu desenvolvimento ideal de forma espontânea e voltado para as necessidades do coletivo, infelizmente tendo muitos dos mecanismos usuais transformados em mais uma esfera de controle social via consumo. Todavia, existem experiências que têm mantido sua essência identitária e que encontram no consumo uma forma de interagir de maneira justa e socialmente digna com a sociedade.

### 3.2 GRUPOS DE CONSUMO RESPONSÁVEL NO BRASIL

Os grupos de consumo responsável (GCRs) são organizações formadas por consumidores que fazem do ato de comprar uma luta política, se voltando para produtos sustentáveis, preocupados com o meio ambiente e com as condições sociais de produção. Estes projetos contam com o auxílio de instituições como o instituto Kairós, que promove e fomenta grupos de consumo coletivo. Também foi uma iniciativa deste instituto a elaboração de um levantamento de grupos coletivos que baseiam suas compras em condições solidários e agroecológicos.

Gráfico 3- Concentração dos grupos de consumo responsável identificados no Brasil, com destaque para a região Sudeste -2010



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do levantamento realizado pelo Instituto Kairós.

Pode-se perceber pelo gráfico 3, que as regiões Sudeste e Nordeste apresentam as maiores concentrações. Dentre estas informações observa-se que apenas dois dos quatro estados que compõem o Sudeste tiveram participantes, com um destaque sensível para o estado de São Paulo, contendo cinco grupos. Os dados coletados<sup>40</sup> durante o levantamento, realizado pelo Instituto Kairós, mostram que os principais motivos para a criação das experiências foi uma busca de aproximação dos produtores com os consumidores e do campo como a cidade, assim como consolidar o papel dos agricultores na sociedade e possibilitar a prática do consumo responsável. Visando também a obtenção de alimentos ecologicamente correto e que sejam produzidos de forma harmônica e sustentável, garantindo produtos de qualidade a um preço justo tanto para o produtor quanto para o consumidor.

Como apurado na pesquisa, estes grupos em sua maioria se denominam parte do movimento de economia solidária e comércio justo, pois se identificam com os princípios de autogestão, transparência, relações justas, igualitária e solidárias. Alguns dos grupos utilizam-se da comercialização de produtos convencionais, na ausência de uma opção viável, seja em qualidade ou preço do mesmo advinda de uma produção ecológica e solidária. Esta estratégia

<sup>40</sup> O levantamento de dados foi feito partir de um roteiro de perguntas, respondidas por 7 grupos de consumo responsável, devido a serem estes os grupos que estiveram disponíveis durante toda pesquisa que ocorreu de julho a setembro de 2009. Estes dados foram coletados, analisados e tabulados pelo Grupo de Sistematização da pesquisa composto por: Núcleo de Economia Solidária da USP (NESOL), Instituto Póli, Sementes de Paz e Instituto Kairós.

é usada algumas vezes para garantir a viabilidade econômica do grupo, seja em recursos financeiros e de visibilidade ou em volume de compra e venda.

Outra característica percebida pelo levantamento dos grupos e a presença de entidades parceiras, que os apoiam em áreas como comercialização, infraestrutura, subsídios financeiros e/ou recursos humanos. Por exemplo, quando o apoio é feito para a comercialização prioriza-se a transparência de toda a operação, e assegura-se a maior remuneração possível para o produtor. Estas experiências também fazem uso de uma facilidade territorial para exercerem suas atividades, ou seja, os produtores se encontram no mesmo município ou em municípios vizinhos dos consumidores alvo, todavia isso não os impedi por vezes de comprarem de municípios distantes dentro do mesmo estado. A forma de interação dos indivíduos nos grupos depende do local de formação da experiência, assim como também leva em conta outras questões dos participantes (cultura, situação socioeconômica e religiosa), pois a partir destes pontos em comuns serão construídas as redes de colaboração e as dinâmicas de integração.

As atividades realizadas pelos grupos de troca funcionam de forma similar as redes de colaboração solidária, pois vinculam a produção feita de forma solidária e justa, com uma distribuição igualitária interagindo com a economia convencional por meio do consumo. Assim como Mance (2002, 2005) afirma, pode se perceber que o consumo desempenha o papel de integração da economia solidária com a capitalista e ele é a via de aproximação ideal dos indivíduos que buscam novas propostas. Sendo assim, o levantamento percebeu que existem dois tipos de organização das redes: a “redes singular” que fazem uma distribuição direta de produtos, e a “rede capilar” que distribui em núcleos os bens.

As redes singulares fazem suas interações diretamente com os produtores, em que os consumidores fazem as retiradas e entregas dos produtos, sem a necessidade de nenhum mecanismo de interação entre os dois, criando um circuito curto de comercialização. Já as redes capilares apresentam uma estrutura mais complexa, os consumidores se dividem em grupos específicos levando a necessidade de descentralizar a gestão, está se dividindo em grupos para que a integridade dos pedidos feitos possa ser mantida pelos diferentes núcleos de consumidores. Desta forma percebe-se que a logística entre as redes é sua principal diferença, enquanto na rede singular os consumidores realizam as retiradas dos produtos de forma simples e direta, sem a necessidade de uma gestão específica, nas redes capilares existe a

necessidade de uma previa separação por núcleos específicos de consumidores, demandando assim gestores de núcleos além dos gestores gerais.

O levantamento também observou que o trabalho dentro dos grupos ocorre de forma voluntária e remunerada, sendo que o voluntariado aparece em todos os grupos, enquanto o remunerado aparece em apenas dois dos sete grupos observados. A viabilidade econômica não é um fator comum entre as redes, apenas as duas mais antigas chegam a ter, enquanto as outras ainda não alcançaram. Quanto aos consumidores, perceber-se que os participantes são majoritariamente de classe média e média-alta, com um único grupo que envolve participantes de baixa renda. Podendo ser explicado pela prática normal de que para a participação no grupo existam algumas incumbências, como: taxa fixa, porcentagem de compra ou disponibilidade para trabalho voluntário, que não são fáceis de serem alocadas em rendas mais baixas.

Segundo a pesquisa, a principal divulgação dos grupos são as indicações dada pelos seus próprios participantes, ou seja, o método do “boca-a-boca”, seja ele na forma tradicional ou com o auxílio da internet. No mundo virtual o serviço fica por conta das redes sociais, blogs, sites e fóruns de economia solidária, em que divulgam-se informações como horário de compra e produtos disponíveis. O levantamento também foi capaz de observar alguns dos desafios enfrentados por estes grupos, como a dificuldade com a logística e armazenamento dos produtos, os custos gerais e formação de preços, a divulgação dos produtos, da forma de produção e da comercialização. Tendo como um fator comum de desafio entre todos os grupos, a necessidade de aumentar o envolvimento dos consumidores buscando ampliar as ações do grupo e a preocupação de se tornarem mais acessíveis e populares.

O levantamento realizado pelo Instituto Kairós, mostra a realidade dos grupos de consumo responsável, suas formas de organização, estrutura social e público participante, tornado notável os desafios enfrentados e a importância destes grupos para a formação de consumidores mais conscientes. Esta análise minuciosa da dinâmica de integração dos grupos de consumo alternativo, possibilitou a percepção de como esta prática é importante para o fomento de economias alternativas, como a economia solidária e o papel decisivo do consumo como agente de integração com economia convencional. Deixando claro a possibilidade de quebra dos padrões de consumo estruturados e a possibilidade de fazer dele uma luta política,

em defesa das peculiaridades humanas e ambientais, assim como uma busca por um estado de bem viver social e econômico.

### 3.3 O PROJETO SABORES DA TERRA

O Projeto Sabores da Terra é realizado pelo Núcleo de Estudo Rurais e Urbanos (NERU) no Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ERS), pertencente a Universidade Federal Fluminense (UFF). Ele é uma ramificação investigativa e extensionistas, dos projetos Educação do Campo, Políticas Públicas e Participação Social, que também são desenvolvidos pelo núcleo. Sua missão inicial foi realizar um levantamento socioeconômico, traçando o perfil dos agricultores, considerando os produtos cultivados e quais os canais de comercialização utilizados no Assentamento Antônio de Farias e Acampamento Madre Cristina. No decorrer da pesquisa, destacou-se as dificuldades enfrentadas pelos pequenos agricultores familiares da região Norte Fluminense, em escoar sua produção de forma justa.

Voltado para o caráter extensionistas do grupo e do projeto, iniciou-se uma integração entre o núcleo, os agricultores e suas representações afim de estimular, incentivar e promover uma formação acerca dos programas governamentais<sup>41</sup> destinados a agricultura familiar. Outra medida tomada pelo grupo, foi a presença em espaço de discussão e deliberação de políticas públicas<sup>42</sup>, a organização de eventos<sup>43</sup> e participação em cursos e caravanas de agroecologia<sup>44</sup>. Uma das abordagens realizadas pelo grupo foi aproximar os agricultores da agroecologia de suas técnicas e conceitos de produção, levando a uma

---

<sup>41</sup> Os programas governamentais que foram abordados em conjunto com os agricultores formam: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

<sup>42</sup> Os espaços foram: o Comitê Estadual do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Prona-tec – Campo), o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) e Colegiado Territorial de Desenvolvimento Norte Fluminense.

<sup>43</sup> Foram organizados o: II Encontro Estadual de Agroecologia e II Festa das Sementes.

<sup>44</sup> Ela estrutura os princípios ecológicos básicos, para a manutenção dos ecossistemas pela perspectiva produtiva e dos recursos naturais, de forma sensível, socialmente justos e economicamente viáveis, fazendo um agrossistema sustentável.



valorização da biodiversidade regional e as relações social harmônicas, assim como desestimulando o uso de componentes químicos.

Voltando-se para os dados coletados durante a pesquisa, percebeu-se uma limitação dos canais de comercialização utilizados pelas famílias, o que mobilizou o Núcleo a buscar alternativas viáveis a este processo, que pudessem incentivar e auxiliar os agricultores e criar novos circuitos comerciais. Dentre as ideias elaboradas viabilizou-se a 1ª Feira da Roça na UFF (2012) e o nascimento da Cesta Sabores da Terra. A realização da feira possibilitou uma experiência de como pode ser feito o contato entre os agricultores e os consumidores, dando uma percepção das potencialidades e desafios que devem ser enfrentados. O evento teve uma ótima repercussão e aderência por parte da Universidade, garantindo o fornecimento dos alimentos oferecidos como lanche aos participantes da Agenda Acadêmica e durante foram realizadas oficinas pedagógicas para públicos variados sobre alimentação saudável. Todavia, a dificuldade de transportar os alimentos impede a realização de novas edições da feira, tornando assim a Cesta Sabores da Terra uma alternativa mais viável.

A Cesta Sabores da Terra como um desdobramento do projeto sabores da terra, busca incentivar uma produção agroecológica possibilitando um o contato do agricultor com o consumidor e desenvolvendo um canal alternativo e mais curto de comercialização dos produtos. Sua estrutura é baseada em conceitos de comércio justo, agroecologia e relações solidárias de produção e comercialização, estimulando a valorização da biodiversidade regional e produção local. Os produtos ofertados visam incentivar o consumo responsável, fomentando o respeito ao meio ambiente e as relações sociais sadias. O projeto tem como referências dois movimentos mundiais que alinham perfeitamente com as diretrizes da economia solidária: o *Slow Food*<sup>45</sup> e o *Consumo Responsável*. O primeiro movimento preza pelo consumo de alimentos locais e regionais, que sejam produzidos de forma respeitosa com o meio ambiente e os seres humanos, o segundo remete a consciência do consumidor em gerir suas compras de forma eficiente, como já foi discorrido na primeira seção deste capítulo. Sendo assim, a Cesta, além de ser um circuito curto de comercialização para os agricultores<sup>46</sup>,

---

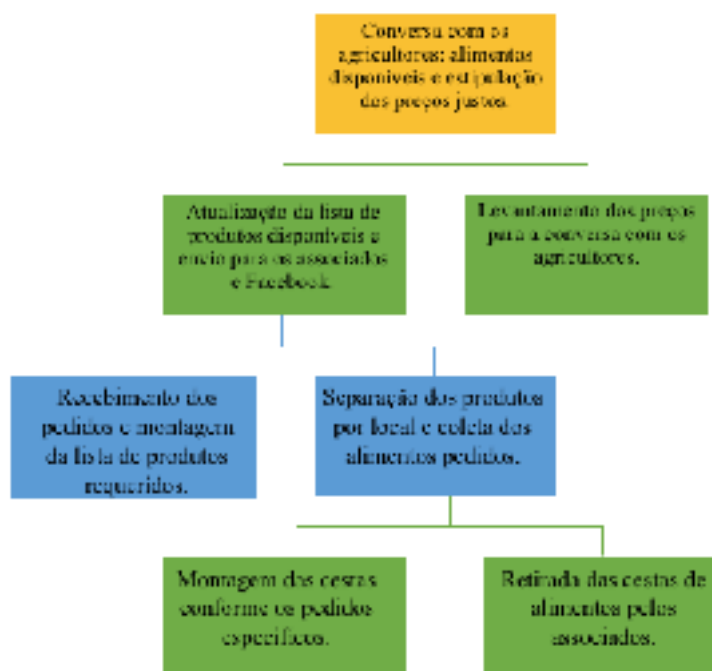
<sup>45</sup> É uma associação internacional sem fins lucrativos, que prega pelo direito a uma alimentação saborosa, utilizando produtos de qualidade e feitos artesanalmente e que respeitem o meio ambiente e as relações pessoais. Um dos seus parceiros mundiais é a FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação).

<sup>46</sup> Agricultores familiares proeminentes de assentamentos e acampamentos do programa Nacional de Reforma Agrária no município de Campos dos Goytacazes. No momento da pesquisa realizada (outubro a dezembro de 2016), contava-se com produtos do assentamento Antônio de Farias, Ilha Grande e Che Guevara, assim como do acampamento Luiz do Maranhão.

estimula uma produção com redução de químicos e local de alimentos, resgata os saberes locais, incentiva a implementação de processos de cultivos mais saudáveis para os produtores e consumidores.

O projeto iniciou em outubro de 2014, com o apoio de um grupo de consumidores formados por professores e técnicos da UFF. Atualmente o pedido é feito via e-mail, a partir de uma lista de produtos disponíveis semanalmente, que é disponibilizada para os associados via e-mail e na página do projeto na rede social Facebook. O trabalho envolve tanto bolsistas do Neru como voluntários, formando equipes responsáveis por cada uma das etapas que acontecem semanalmente (organograma 1) do agricultor familiar a entrega da Cesta.

Organograma 1- Fluxo da atividade semanal para a execução da Cesta Sabores da Terra



Fonte: Elaboração própria, com base no processo estrutural do projeto.

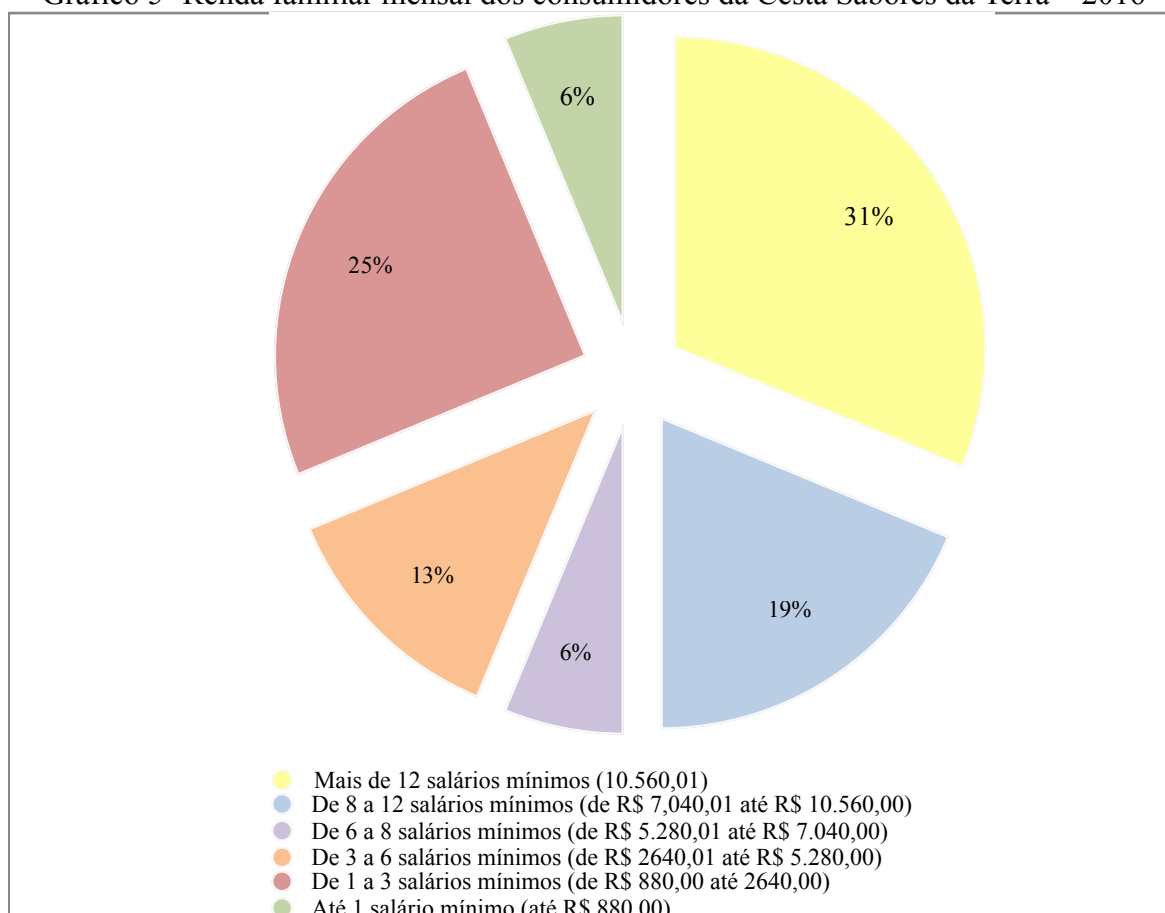
A pesquisa realizada em parceria com o projeto, foi feita com dois grupos<sup>47</sup>: diretamente com os consumidores no ato de retirada da Cesta e via e-mail cadastrado pelos associados na elaboração do pedido. Os 46 consumidores cadastrados no projeto foram convidados a responder um questionário acerca dos seus hábitos de consumo, situação

<sup>47</sup> Tomou-se o cuidado de todos os participantes que responderam por e-mail, não fossem entrevistados pessoal e aqueles entrevistados pessoalmente não recebessem e-mail pedindo para participar da pesquisa.

socioeconômica, formação acadêmica e impressões sobre os produtos da Cesta (Apêndice B). Tomando-se o devido cuidado para que estes dados não fossem duplicados, ou seja, todos os consumidores que responderam presencialmente não receberam o email com o formulário e aqueles que receberam o email, não foram questionado presencialmente. O levantamento foi realizado durante o segundo semestre de 2016 (outubro a dezembro), contando com a participação de 16 consumidores que responderam os questionários, desta forma sendo uma amostragem definida pela disponibilidade dos participantes em responder ao formulário proposto.

Dentre os participantes da pesquisa percebeu-se um sobressalente número de consumidores na faixa etária de 29 a 39 anos (44%), seguido de perto pelos de 20 a 28 anos (38%) e tendo a minoria concentrados nos 40 a 52 anos (19%). Referente a concentração residencial dos participantes, existe uma predominância por 3 habitantes (7 entrevistados), com sequência de 2 moradores (5 entrevistados) e 4 membros (4 entrevistados). A formação acadêmica dos consumidores apresenta um público formado inteiramente por pessoas envolvidas na comunidade acadêmica da UFF, tendo metade deles compostos de doutores professores do instituto, seguido por estudantes universitários (ensino superior incompleto), parentes de professores e outros funcionários do instituto (ensino superior completo). Alinhando estes dados sociais com a renda familiar mensal (gráfico 5 e tabela 7), permite-se começar a traçar um perfil socioeconômico dos consumidores da Cesta Sabores da Terra.

Gráfico 5- Renda familiar mensal dos consumidores da Cesta Sabores da Terra – 2016



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados coletados durante a pesquisa.

Tabela 7- Renda familiar mensal dos participantes da Cesta Sabores da Terra, dividido por formação acadêmica - 2016

Renda familiar mensal	Doutores	Estudantes	Ensino superior completo	Total
<b>Mais de 12 salários mínimos (10.560,01)</b>	5	0	0	5
<b>De 8 a 12 salários mínimos (de R\$ 7.040,01 até R\$ 10.560,00)</b>	3	0	0	3
<b>De 6 a 8 salários mínimos (de R\$ 5.280,01 até R\$ 7.040,00)</b>	0	0	1	1
<b>De 3 a 6 salários mínimos (de R\$ 2640,01 até R\$ 5.280,00)</b>	0	2	0	2
<b>De 1 a 3 salários mínimos (de R\$ 880,00 até 2640,00)</b>	0	4	0	4
<b>Até 1 salário mínimo (até R\$ 880,00)</b>	0	0	1	1

<b>Total</b>	8	6	2	16
--------------	---	---	---	----

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados coletados durante a pesquisa.

Observando detalhadamente a renda familiar mensal dos consumidores da Cesta percebe-se uma concentração dos participantes na classe média e alta, sendo que 50% deles tem renda de 8 a 12 salários mínimos a mais de 12 salários mínimos. A outra parcela dos consumidores está bem diversificada entre as demais faixas de renda, tendo maior concentração (25%) em 1 a 3 salários mínimos. Ao analisar a tabela 7, perceber-se a existência de perfis socioeconômicos distintos entre os consumidores da Cesta, existe participantes: com doutorado, renda alta e faixa etária de 29 a 39 anos e 40 a 52 anos; estudantes universitários com renda média e baixa, pertencentes a faixa etária de 20 a 28 anos e os graduados com renda média e baixa concentrados na faixa etária de 29 a 39 anos. Estes perfis facilitam a compreender os consumidores, pois ao agrupar os dados baseado nestas condições, percebe-se padrões similares de comportamento, sendo a escolha da denominação dos grupos baseada nas sua formação acadêmica, devido a estarem todos vinculados direta e indiretamente ao contexto universitário.

Ao observar os dados de preferência do consumidor, pela perspectiva dos perfis consumo, encontra-se resultados bastante divergentes entre as escolhas dos participantes. Enquanto os doutores priorizam produtos locais e produzidos de forma justa e sustentável, os estudantes tendem a ser impulsionados pelo preço e pela localidade, como pode ser visto detalhadamente na tabela 8. O que pode ser concluído é que o consumidor que se encontra com um orçamento mensal menor, caso dos estudantes, tende a considerar o preço, peça chave para a compra, fator este não tão considerado pelos doutores por exemplo.

Tabela 8- Quando faço compras dou prioridade a produtos? Dividido por perfil de consumidor (Múltiplas escolhas possíveis por entrevistado) - 2016

<b>Respostas</b>	<b>Doutores</b>	<b>Estudantes</b>	<b>Ensino Superior Completo</b>	<b>Total</b>
<b>De produção local, pois acredito que devemos apoiar os pequenos produtores da região.</b>	5	3	1	9
<b>Que eu tenho certeza que são produzidos de forma justa e sustentável.</b>	5	1	1	7
<b>Que possuem selos de certificação como: não testado em animais, de produção livre de agrotóxicos e não contem transgênicos.</b>	3	1	0	4
<b>Que possuem o menor preço.</b>	1	3	1	5
<b>De marcas conhecidas, que me foram indicadas pessoalmente ou por propaganda.</b>	3	0	0	3
<b>Total</b>	17	8	3	28

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados coletados durante a pesquisa.

As variáveis consideradas pelos consumidores ao escolher o produto permitem observar como os motivos associados a prática do consumo consciente impactam diferentes grupos. Baseado nos dados da tabela 8, percebe-se que o grupo dos doutores são os quais possuem hábitos de consumo consciente, pois mostram preocupação com fatores sociais e ecológicos durante os suas compras, estando dispostos a desconsiderar o preço como fator decisivo na obtenção do produto. Este é um padrão também observado no levantamento dos grupos de consumo responsável, analisado na seção anterior, em que os indivíduos com maior renda podem considerar não apenas o preço no ato de consumir, se tornado mais propensos a interagir como o movimento de consumo responsável que as outras parcelas da sociedade. Pode-se perceber que o consumo consciente vem se caracterizando como um “luxo” em que a maior parcela da população, não tem acesso. Reforçando o comportamento diferenciado que existe no tocante ao preço, quando se trata de consumo consciente as tabelas 9 e 10, trazem dados que mostram isso detalhadamente.

Tabela 9- Quando olho o preço de um produto, pondero? Dividido por perfil de consumidor (Múltiplas escolhas possíveis por entrevistado) - 2016

Respostas	Doutores	Estudantes	Ensino Superior Completo	Total
Se o preço condiz com a qualidade da mercadoria ofertada.	4	6	2	12
Se os custos reais estão contidos no preço, e desta forma ele foi produzido sem a presença de exploração do meio ambiente e pessoas.	5	2	1	8
Se o preço está baixo.	1	1	1	3
Se existe um substituto mais barato e que seja capaz de suprir as minhas necessidades de consumo.	1	1	1	3
Se existe um substituto mais caro e que tenha sido feito de forma sustentável e ecologicamente correto.	3	1	0	4
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>11</b>	<b>5</b>	<b>30</b>

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados coletados durante a pesquisa.

Tabela 10- Se eventualmente o preço dos produtos da Cesta Sabores da Terra subirem, como tonderei a reagir? Dividido por perfil de consumidor (Múltiplas escolhas possíveis por entrevistado) - 2016

Respostas	Doutores	Estudantes	Ensino Superior Completo	Total
Não comprarei mais os produtos.	0	0	1	1
Reduzirei o número de produtos que eu compro, mas continuarei apoiando o projeto.	0	1	0	1
Manterei meu volume de produtos, pois entendo que os pequenos produtores, acabam tendo custos mais altos que os grandes atacadistas.	4	2	0	6
Não sei, vai depender do nível de aumento dos preços.	0	3	0	3
Não sei, vai depender de quais produtos aumentarem, pois gosto da qualidade dos produtos ofertados.	4	0	1	5
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>16</b>

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados coletados durante a pesquisa.

Os dados da tabela 9 e 10 mostram como o preço impacta fortemente nas decisões de consumo do grupo dos estudantes e ensino superior completo e de forma mais branda nos doutores. Inicialmente a relação entre preço e produtos, exposta na tabela 9, mostra que o principal fator para os doutores é se existe exploração de meio ambiente e pessoas na produção da mercadoria, enquanto para os estudantes e graduados se o produto ofertado condiz com o preço. Esta descrição de preferências, reafirma o que as outras tabelas desta seção apresentam, que quanto maior o nível de renda e formação acadêmica mais propenso o consumidor se torna a realizar um consumo responsável e consciente. Não excluindo os outros grupos de consumidores que também o fazem, entretanto eles não são tão propensos a esta prática. Ao mesmo tempo, estes dados também mostram que o preço pode não ser um fator decisivo na compra para as classes mais altas, mas não deixa de ser um fator relevante para eles.

A tabela 10 por sua vez, busca mostrar os dados das possíveis reações dos consumidores a um aumento de preço dos produtos da Cesta, detalhando quais são os fatores mais dinâmicos que influenciam este consumo. As informações coletadas mostram que para o grupo dos doutores, auxiliar os pequenos produtores e a qualidade dos alimentos são o fator decisivos para a compra sendo o preço um fator secundário. Já para os estudantes e graduados, manter a oferta dos produtores não é o primordial na decisão de consumo, sendo o nível de variação de preço o fator dinâmico na escolha do produto consumido. Todavia tanto os participantes alocados no grupo dos doutores quanto no de estudantes, consideraram manter o volume de compra baseado nas dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores, opção esta não considerada pelo grupo dos com nível superior completo. Mostrando assim que os hábitos de consumo não são influenciados apenas pelo nível de renda, mas que o ambiente social o qual o indivíduo está inserido, também é responsável pela sua percepção de variáveis. Desta forma, pode-se supor que os estudantes ao terem contato direto com os professores, tendem a perceber a importância de alguns conceitos do consumo responsável.

A importância da Cesta Sabores da Terra vai além como um grupo de consumo responsável tradicional pois ao ser um projeto de extensão universitária, realiza uma troca de saberes entre a comunidade e a universidade, transformando a teoria em prática. O trabalho realizado no projeto transcende um canal de comercialização alternativo para os produtores da região, tendo visto que o caráter inclusivo percebido ao observar os perfis dos consumidores.



O projeto tornou a experiência do consumo responsável possível para qualquer consumidor, independente do seu orçamento familiar, sendo, portanto, muito mais solidária, igualitária e justo que os grupos de consumo responsável vistos na seção anterior. Reafirmando a interação diferenciada que existe entre os participantes da Cesta e os produtos ofertados, a tabela 11 traz as principais motivações que levam o consumidor a escolher a Cesta Sabores da Terra.

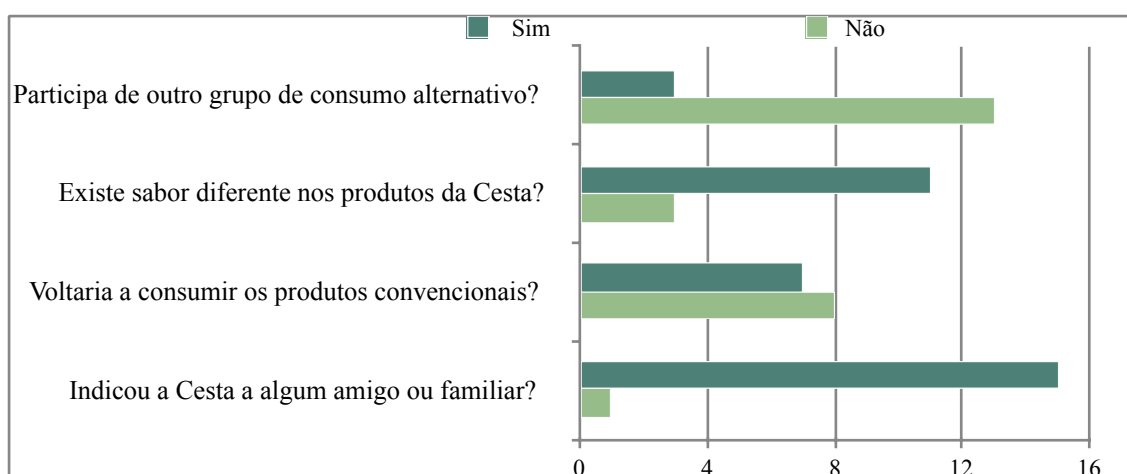
Tabela 11 - Por que compra os produtos da Cesta Sabores da Terra? Dividido por perfil de consumidor (Múltiplas escolhas possíveis por entrevistado) - 2016

<b>Respostas</b>	<b>Doutores</b>	<b>Estudantes</b>	<b>Ensino Superior Completo</b>	<b>Total</b>
<b>Porque são produtos mais baratos, comparado aos preços dos supermercados</b>	0	3	0	3
<b>Para apoiar o Projeto da UFF que busca fortalecer a agricultura familiar, a produção local.</b>	6	3	2	11
<b>Apenas porque são produtos de qualidade.</b>	2	1	1	4
<b>Porque são produtos com um menor teor de agrotóxicos e fertilizantes, desta forma mais saudáveis.</b>	5	4	0	9
<b>Nenhum dos motivos acima citados</b>	0	0	0	0
<b>Total</b>	13	11	3	27

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados coletados durante a pesquisa.

Pode-se perceber que os principais motivos de compra são fortalecer a agricultura familiar e a produção local, assim como consumir produtos com menor teor de agrotóxicos e fertilizantes. Tanto o grupo dos doutores quanto o dos estudantes possuem uma maior concentração de motivos no apoio ao projeto e alimentos saudáveis, demonstrando uma consciência social e fazendo do ato de consumir, um ato político de apoio. O que faz lembrar como discutido na primeira seção deste capítulo, que o papel do consumo já superou a muito a simples troca de mercadorias, ele o mantenedor de toda uma estrutura social, portanto quando feito de forma conscientes é um importante mecanismo de luta política.

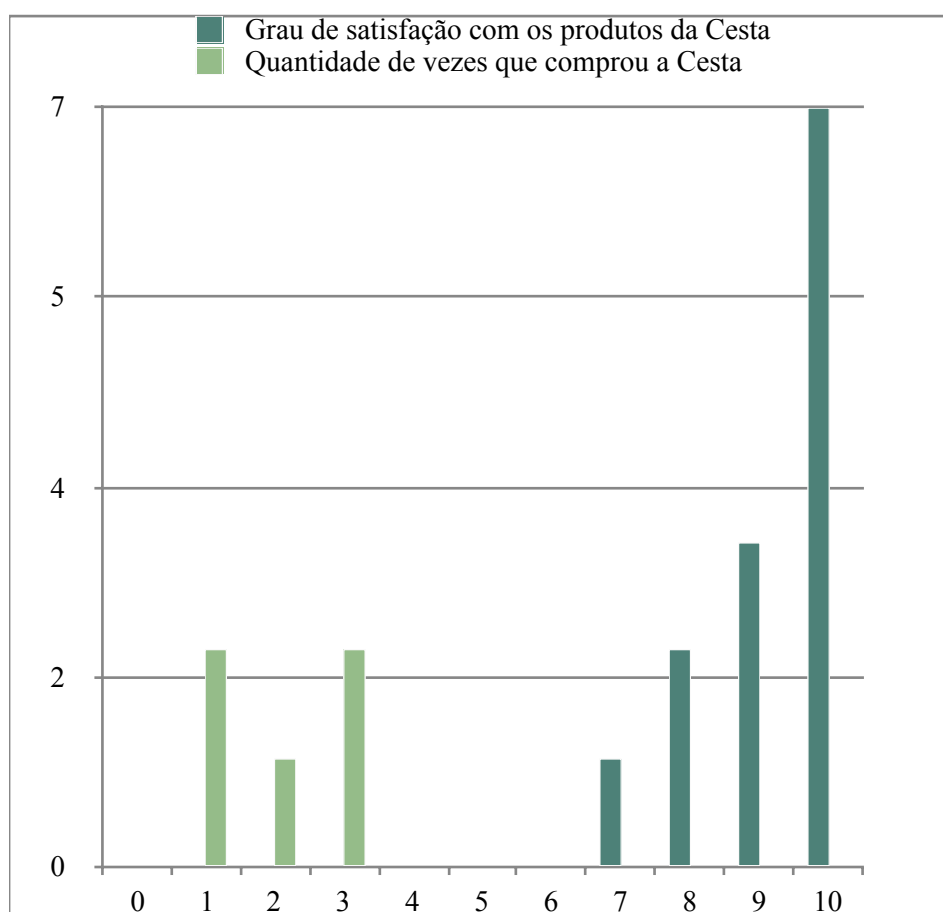
Gráfico 6- Relação do consumidor com o consumo alternativo e os produtos da Cesta Sabores da Terra – 2016



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados coletados durante a pesquisa.

O gráfico 6 permite observar que para a maioria dos participantes a Cesta é o primeiro contato com os movimentos de consumo alternativo, sendo que mais de 12 participantes, não frequentam nenhum outro tipo de associação com esta proposta. Mostrando desta forma a importância do projeto para difundir as formas alternativas de economia, usando do consumo como mecanismo de contato. A conscientização dos consumidores é notável quando mais de oito participantes afirmam perceber diferença de sabor nos produtos da Cesta, mostrando assim que existe variações visíveis no cultivo com redução de químicos. O desafio, entretanto, é tornar este consumidor tão sensível as singularidades do consumo responsável que não volte a consumir os produtos convencionais, realidade a qual a metade dos participantes ainda está sujeita. Aparentemente este processo já vem ocorrendo pois, quase a totalidade dos consumidores indicou a Cesta a alguém amigo ou familiar o que permite observar que existe uma aprovação dos consumidores pela Cesta, o que pode ser visto mais detalhadamente no gráfico 7.

Gráfico 7- Grau de satisfação com os produtos e quantidades de vezes que comprou a Cesta Sabores da Terra – 2016



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados coletados durante a pesquisa.

O apreço dos consumidores pode ser percebido pelo grau de satisfação com os produtos já que as notas apuradas se concentram em 10, demonstrando assim a estima que os participantes têm pelo projeto. Da mesma forma, o número de vezes que compraram a Cesta é um ótimo indicador de apreciação dos produtos, mostrando que os consumidores valorizam as peculiaridades associadas ao consumo responsável pois nove dos 16 entrevistados realizaram a compra mais de 10 vezes. A interação do consumidor com o projeto vem mostrando resultados espetaculares, tendo recebido inúmeros elogios durante a pesquisa, assim como sugestões e ideais. Como toda experiência a Cesta Sabores da Terra tem desafios que precisam ser superados, todavia, ele vem cumprindo o seu papel de canal de comercialização e integração da comunidade acadêmica via uma prática de consumo consciente e responsável louvavelmente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste trabalho é entender o envolvimento entre economia solidária e o movimento de consumo responsável e consciente, a partir da importância das relações assumidas e expressadas no ato de consumir socialmente e sua composição nas iniciativas observadas, utilizando os agentes consumidores para a execução desta análise. Assim sendo, os objetivos específicos foram moldados buscando entrelaçar a prática solidária e do consumo consciente a realidade cotidiana do consumidor, consolidando-se em três propósitos. Apresentar o relacionamento da economia solidária, com outras formas de economias alternativas e o sistema capitalismo, tendo o consumo como elo entre as atividades econômicas. Compreender o impacto da prática solidária no Brasil, observando os empreendimentos solidários, as políticas públicas e movimentos sociais. Observar a partir de um estudo de caso, a prática solidária interagindo com o movimento de consumo consciente e responsável pela ótica do consumidor.

A economia solidária é atemporal, moderna e convencional, complexa e simples, peculiar e adaptável, e como tal está entremeada a história do capitalismo de uma forma indissociável. Sua forma simplificada e ao mesmo tempo inovadora de se comportar diante de situações típicas do sistema capitalista divide os autores quanto a natureza e progressão do seu relacionamento com a economia convencional. Todavia, a forma usual do estruturado consumo na sociedade atual de manter hierarquizações, construir fronteiras sociais e segregar indivíduos, não se reproduz dentro da economia solidária. Na realidade, o consumo tem papel de exportar e ligar a prática solidária com as outras economias, sendo uma ponte entre aquele que não tem uma necessidade econômica de sobrevivência para com a economia solidária.

Quando se olha para economia solidária partindo do universo das economias alternativas a que mais apresenta uma relação instigante de interação é a economia social. Num primeiro momento, parece tratar-se de economias irmãs, pois como afirma França Filho (2002) ambas mostram uma capacidade de gerar renda e emprego por métodos não usuais. Entretanto a presença da desvinculação dos meios convencionais de reprodução, é a chave da diferença entre estas economias. Enquanto a economia social trilha um caminho político que algumas vezes se perde nas nuances do Estado, passando a ser uma ferramenta dele, a prática solidária encontra no consumo uma integração e dissociação com o Mercado e o Estado. Sua singularidade mais marcante, tanto para as economias alternativas quanto para o capitalismo,

é seu caráter de predileção pois é capaz de se moldar as peculiaridades humanas inatas de cada indivíduo, sem reproduções pré estruturadas a qual se precise impor.

O Brasil apresenta uma economia solidária sólida, com uma estrutura complexa e bem vasta, tendo políticas públicas próprias e um banco de dados de empreendimentos com abrangência nacional. A ligação entre a máquina do Estado e a economia solidária, num primeiro momento desperta a curiosidade de uma perda do caráter de independência desta prática econômica. Todavia, a presença das políticas públicas elaboradas, desempenhadas e fiscalizadas por órgãos governamentais especificamente criados baseados na essência da visão solidária, promoveram uma economia solidária brasileira extremamente consolidada. Os movimentos sociais durante este processo tiveram um papel decisivo de mobilização, luta, reivindicação e trabalho conjunto para edificar a economia solidária no Brasil.

Com os dados que foram trabalhados na pesquisa percebeu-se uma presença considerável de empreendimentos de consumo na região sudeste, conjuntamente com a maior concentração nacional de PIB e Desempregados Formais, entretanto o estado do Rio de Janeiro que concentra o PIB regional e o menos expressivo em economia solidária. Este desalinhamento entre PIB e concentração de empreendimentos, mostra claramente o caráter desenvolvimentista e de economia de sobrevivência associados a economia solidária, tendo visto que o estado considerado mais urbanizado e com maior rendimento produtivo não interage de forma expressiva no ambiente solidária. Quando estes dados são observados de forma microrregional no estado fluminense se torna mais claro o pouco impacto representado pelo consumo na região, e quando observado em conjunto com os números de estabelecimentos formais, não fica claro este resultado, tendo visto uma forte vocação para o setor de serviços e comércio.

Considerar consumo como a compra de um produto é uma percepção extremamente limitada de uma das mais importantes engrenagens econômicas. Os hábitos de consumo dividem com a produção o papel de força motriz de todo o sistema convencional, esta justificativa se sustenta por diferentes perspectivas. Pela visão economia é simples, funcional e prática a lógica de interação, o equilíbrio entre oferta e demanda depende que o bem produzido tenha consumidores disposto a compra-lo, formando assim uma relação harmônica de dependência entre os atos. Este mesmo relacionamento visto por uma lente social, apresenta toda uma teia comportamental elaborada para a manutenção do sistema

convencional. Não se consome apenas o produto final, embutido nele consome-se um estilo de vida, uma identidade e posição social, um modo de produção e uma expressão de valores éticos e morais que o indivíduo acredita.

Em contrapartida com o que é ofertado pelo sistema tradicional, o movimento de consumo responsável e consciente desperta os indivíduos a observarem detalhadamente as nuances presentes por trás do produto ofertado. Sendo os grupos de consumo responsável uma experiência positiva e motivacional para a expansão destas ideias, viabilizando-as para uma parcela da população. Ao mesmo tempo que os grupos de consumo trazem uma aproximação com a prática de consumo consciente eles também hierarquizam a população a partir da sua capacidade financeira de participar, algo que o projeto Sabores da Terra não reproduz. A Cesta por ter sua essência consolidada na agroecologia e comércio justo estando inserida num ambiente acadêmico apresenta um panorama de consumidores diversificado. Neste estudo de caso a interação dos participantes no papel de consumidores, demonstra como um ato intrínseco ao sistema capitalista pode ser também a chave para uma nova proposta de sociedade.

A partir das questões levantadas com os participantes do projeto, a reflexão realizada ao observar o comportamento do consumo dentro da sociedade e os caminhos possíveis dentro da economia solidária, percebe-se a capacidade de transição do consumo. Tornando claro durante a pesquisa um consumo banalizado, estimula toda uma cadeia produtiva prejudicial ao meio ambiente e socialmente desastrosa, ao mesmo tempo que consumidores conscientes são capazes de fomentar e valorizar processos produtivos diferenciados. Portanto um consumo responsável é uma ponte entre os indivíduos inseridos na economia capitalista e que estão dispostos a interagir de uma forma diferente tanto social quanto economicamente, tornando-os sensíveis a práticas da economia solidária.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARLOS, Thalles Martins Soares. Relatório Sabores da Terra. Campos dos Goytacazes: UFF, 2014, 23 p.

Decreto no 4.764 de 24 de junho de 2003, disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/D4764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4764.htm)>. Acesso em: 22 nov. 2016.

Decreto no 5.063 de 3 de maio de 2004, disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5063.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5063.htm)>. Acesso em: 22 nov. 2016.

Decreto no 5811, de 21 de junho de 2006, disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5811.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5811.htm)>. Acesso em: 22 nov. 2016.

Decreto no 8.894 de 3 de novembro de 2016, disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8894.htm#art11](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8894.htm#art11)>. Acesso em: 22 nov. 2016.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. “Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais”. Bahia: Análise e Dados. Salvador, SEI v. 12, no. 01. P. 9-19. Junho de 2002. Disponível em: <<https://intranet.dcc.ufba.br/pastas/ondadigital/backupAnexoSite/incluiSim/EconomiaSolidria-FronteirasConceituais.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2016.

FURTADO, Celso. **Formação econômica brasileira**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005. 238 p.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. A ECONOMIA SOLIDÁRIA DIANTE DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA. CADERNO CRH, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul. /dez. 2003

KAIRÓS, Instituto. **Levantamento do Perfil dos Grupos de Consumo no Brasil: "Consumo como intervenção- Um olhar sobre as experiências de consumo coletivo no Brasil"**. São Paulo: Instituto Kairós, 2010. 20 p.

KANAN, Lilia Aparecida. Consumo sustentável & economia solidária: alguns conceitos e contribuições da Psicologia. **Fractal: Revista de Psicologia**, [s.l.], v. 23, n. 3, p.607-624, dez. 2011. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1984-02922011000300011>. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/fractal/v23n3/v23n3a11.pdf>>. Acesso em: 1 fev. 2017

LECHAT, Noëlle Marie Paule. AS RAÍZES HISTÓRICAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E SEU APARECIMENTO NO BRASIL. In: LECHAT, Noëlle Marie Paule. **ECONOMIA SOLIDÁRIA**. Campinas: Unicamp, 2002. p. 4-15.

MANCE, Euclides ANDRÉ. REDES DE COLABORAÇÃO SOLIDÁRIA. IFIL, Curitiba, 11/2002 24. Disponível em: <<http://www.solidarius.com.br/mance/biblioteca/redecolaboracao-pt.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

MANCE, Euclides ANDRÉ. A REVOLUÇÃO DAS REDES DE COLABORAÇÃO SOLIDÁRIA. In: Encontro Internacional de Economias Salesianas, 2005, Servilha. Disponível em: <[http://www.solidarius.com.br/mance/biblioteca/A\\_Revolucao\\_das\\_Redes\\_de\\_Colaboracao\\_Solidaria.pdf](http://www.solidarius.com.br/mance/biblioteca/A_Revolucao_das_Redes_de_Colaboracao_Solidaria.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2016.

Projeto de Lei nº 4685/2012 disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1037445](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1037445)>. Acesso em: 2 jan. 2017

SANTOS, Luciane Lucas dos. Os clubes de troca na economia solidária: por um modelo crítico e emancipatório de consumo. In: HESPANHA, Pedro; SANTOS, Aline Mendonça dos. **Economia Solidária: Questões Teóricas e Epistemológicas**. Coimbra: Almedina, 2011. Cap. 6. p. 169-203.

SANTOS, Luciane Lucas dos (2015), “Consumo, hierarquias sociais e colonialidade econômica: na contramão de uma banalização da consciência”. Revista Espaço Ética: Educação, Gestão e Consumo, Ano II, n. 06, Setembro/Dezembro.

SECRETARIA EXECUTIVA FBES (Brasília). **Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)**. 2012. Disponível em: <<http://fbes.org.br>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. Mapeamento da Economia Solidária no Brasil: Uma estratégia de reconhecimento e visibilidade. In: CULTI, Maria Nizelda; KOYAMA, Mitti Ayako H.; TRINDADE, Marcelo. **Economia Solidária no Brasil: Tipologia dos Empreendimentos Econômicos Solidários**. São Paulo: N T Mendes Editora Todos Os Bichos, 2010. p. 7-15.

SILVA, Sandro Pereira; CARNEIRO, Leandro Marcondes. Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: apontamentos iniciais para o debate. **Mercado de Trabalho: ECONOMIA SOLIDÁRIA**, v. 57, p.69-82, ago. 2014. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3757/1/bmt57\\_novosdados.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3757/1/bmt57_novosdados.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2017.

SINGER, Paul. A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO GOVERNO FEDERAL. **Mercado de Trabalho: ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), v. 24, p.3-5, ago. 2004. Disponível em: <[http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/mt\\_24c.pdf](http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/mt_24c.pdf)>. Acesso em: 18 nov. 2016.

SINGER, Paul. DEZ ANOS DE SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (SENAES). **Mercado de Trabalho: ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), v. 56, p.89-93, fev. 2014.



Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3784/1/bmt56\\_econ02\\_dez\\_anos.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3784/1/bmt56_econ02_dez_anos.pdf)>. Acesso em: 18 nov. 2016.

SINGER, Paul. ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM MODO DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO, s.d. p.1-15. Disponível em: <<https://financassolidarias.files.wordpress.com/2012/10/economia-solidaria-paul-singer.pdf>> Acesso em: 15 ago. 2016.

SINGER, Paul. Políticas Públicas da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego. **Mercado de Trabalho: ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), v. 39, p.43-48, maio 2009. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4788/1/bmt39\\_06\\_ES1Paul.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4788/1/bmt39_06_ES1Paul.pdf)>. Acesso em: 19 nov. 2016.

SINGER, Paul. Economia solidária versus economia capitalista. **Sociedade e Estado**, [s.l.], v. 16, n. 1-2, p.100-112, dez. 2001. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922001000100005>.

SLOW Food Brasil: O movimento Slow Food. O movimento Slow Food. 2007. Disponível em: <<http://www.slowfoodbrasil.com/slowfood/o-movimento>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

SOCIOECONÔMICOS, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos (DIEESE). **Observatório Nacional de Economia Solidária**. 2016. Disponível em: <<http://ecosol.dieese.org.br/index.php>>. Acesso em: 28 nov. 2016.

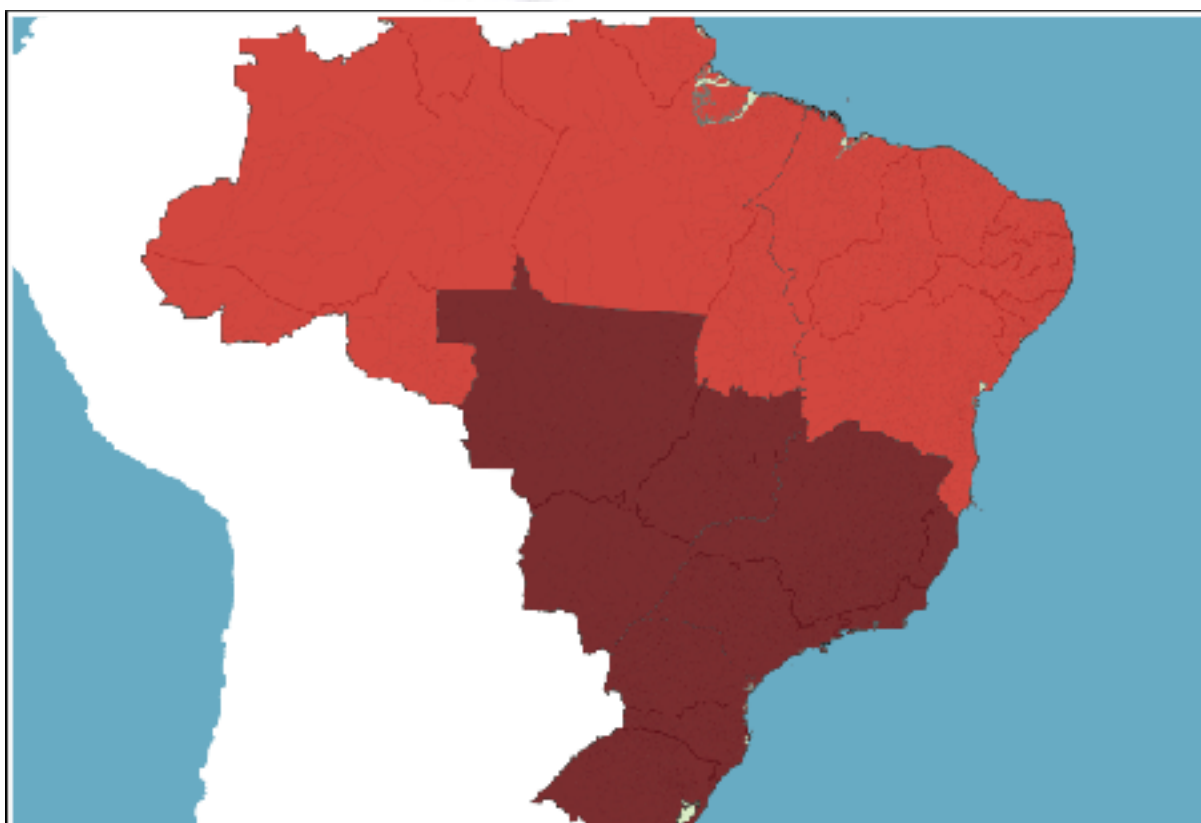
SOLIDÁRIO, Conselho Nacional de Economia. 1º PLANO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (2015-2019): PARA PROMOVER O DIREITO DE PRODUZIR E VIVER DE FORMA ASSOCIATIVA E SUSTENTÁVEL. Brasília, 2015. p.1-44. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/images/Documentos/EconomiaSolidaria/PlanoNacionalEcoSol.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2016

TRABALHO, Ministério do. **Secretaria Nacional de Economia Solidária**. 2015. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

TRABALHO, Ministério do; SOLIDÁRIA, Secretaria Nacional de Economia. **Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária**. Disponível em: <<http://sies.ecosol.org.br/sies>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

## APÊNDICE

### APÊNDICE A - TAXA DE URBANIZAÇÃO, MACRORREGIÕES



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do ONESC.

## APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO SOBRE CONSUMO SOLIDÁRIO, PARA O SABORES DA TERRA

### Parte socioeconomica:

1. Qual a sua idade ?

Resposta: \_\_\_\_\_

2. Quantas pessoas moram em seu domicilio ? (incluindo filhos, irmãos, parentes e amigos e você)

Resposta: \_\_\_\_\_

3. Qual é a sua escolaridade ?

a. Do 2o ao 5o ano do Ensino Fundamental I (antigo primário).

b. Do 6o ao 9o ano do Ensino Fundamental II (antigo ginásio).

c. Ensino Médio (antigo 2o grau).

d. Ensino Superior Incompleto.

e. Ensino Superior Completo.

f. Pós graduado.

g. Não estudou.

4. Qual é sua profissão?

Resposta: \_\_\_\_\_

5. Qual é o seu vínculo com a UFF?

Resposta: \_\_\_\_\_

6. Qual a sua renda familiar mensal, aproximadamente? (Marque apenas uma resposta)

h. Nenhuma renda.

i. Até 1 salário mínimo (até R\$ 880,00).

j. De 1 a 4 salários mínimos (de R\$ 880,01 até R\$3.520,00).

k. De 4 a 8 salários mínimos (de R\$ 3.520,01 até R\$ 7.040,00).

l. De 8 a 12 salários mínimos (de R\$ 7,040,01 até R\$ 10.560,00).

m. Mais de 12 salários mínimos (mais de R\$ 10.560,01).

7. Como você teve contato com o projeto Sabores da Terra?

a. Pela internet, pagina do facebook.

b. Por indicação de um amigo, familiar ou colega.

c. Por cartaz, ou convite para a degustação dos produtos.

d. Por outros meios. Quais? \_\_\_\_\_

e. Não me lembro.

Preferências de consumo :

1. Quando faço compras dou prioridade a produtos ?

- a. Se produção local, pois acredito que devemos apoiar os pequenos produtores da região.
- b. Que eu tenho certeza que são produzidos de forma justa e sustentável.
- c. Que possuem selos de certificação como: não testado em animais, de produção livre de agrotóxicos e não contem transgênicos .
- d. Que possuem o menor preço.
- e. De marcas conhecidas, que me foram indicadas pessoalmente ou por propaganda.

2. Quando olho o preço de um produto, pondero :

- a. Se o preço condiz com a qualidade da mercadoria ofertada.
- b. Se os custos reais estão contidos no preço, e desta forma ele foi produzido sem a presença de exploração do meio ambiente e pessoas.
- c. Se o preço esta baixo.
- d. Se existe um substituto mais barato e que seja capaz de suprir as minhas necessidades de consumo.
- e. Se existe um substituto mais caro e que tenha sido feito de forma sustentável e ecologicamente correto.

3. Por que compra os produtos da Cesta sabores da terra?

- a. Porque são produtos mais baratos, comparado aos preços dos supermercados
- b. Para apoiar o Projeto da UFF que busca fortalecer a agricultura familiar, a produção local.

- c. Apenas porque são produtos de qualidade.
- d. Porque são produtos com um menor teor de agrotóxicos e fertilizantes, desta forma mais saudáveis.
- e. Nenhum dos motivos acima citados. Qual motivo: \_\_\_\_\_

4. Se eventualmente o preço dos produtos da Cesta Sabores da Terra subirem, como terei a reagir ?

- a. Não comprarei mais os produtos.
- b. Reduzirei o número de produtos que eu compro, mas continuarei apoiando o
- c. Mantereí meu volume de produtos, pois entendo que os pequenos produtores, acabam tendo custos mais altos que os grandes atacadistas.
- d. Não sei, vai depender do nível de aumento dos preços.
- e. Não sei, vai depender de quais produtos aumentarem, pois gosto da qualidade dos produtos ofertados.

5. Você frequenta alguma feira, encontro, grupo de compra coletiva e/ou grupo de troca que ofertem produtos sustentáveis, ecologicamente corretos ou frutos de economia solidária ?

- a. Sim. Qual? \_\_\_\_\_
- b. Não.

6. Depois que comprei os produtos da Cesta Sabores da Terra, eu indiquei a algum amigo ou familiar este projeto ?

- a. Sim. Porque: \_\_\_\_\_

b. Não. Porque: \_\_\_\_\_

c. Não me lembro.

7. Após participar do Sabores da Terra, voltaria a consumir os produtos de rede supermercadista ?

a. Sim. Porque: \_\_\_\_\_

b. Não. Porque: \_\_\_\_\_

c. Não sei.

8. Existe diferença de sabor entre os produtos da Cesta Sabores da Terra e os ofertados nas redes supermercadista ?

a. Sim. Porque: \_\_\_\_\_

b. Não. Porque: \_\_\_\_\_

c. Não sei.

9. Quantas vezes você já comprou a Cesta Sabores da Terra ?

R: \_\_\_\_\_

10. Grau de satisfação ? (pontuação de 0 a 10)

R: \_\_\_\_\_

11. Como você acha que o projeto pode melhorar ?

R: \_\_\_\_\_

12. O que você acha do projeto ?

R: \_\_\_\_\_